

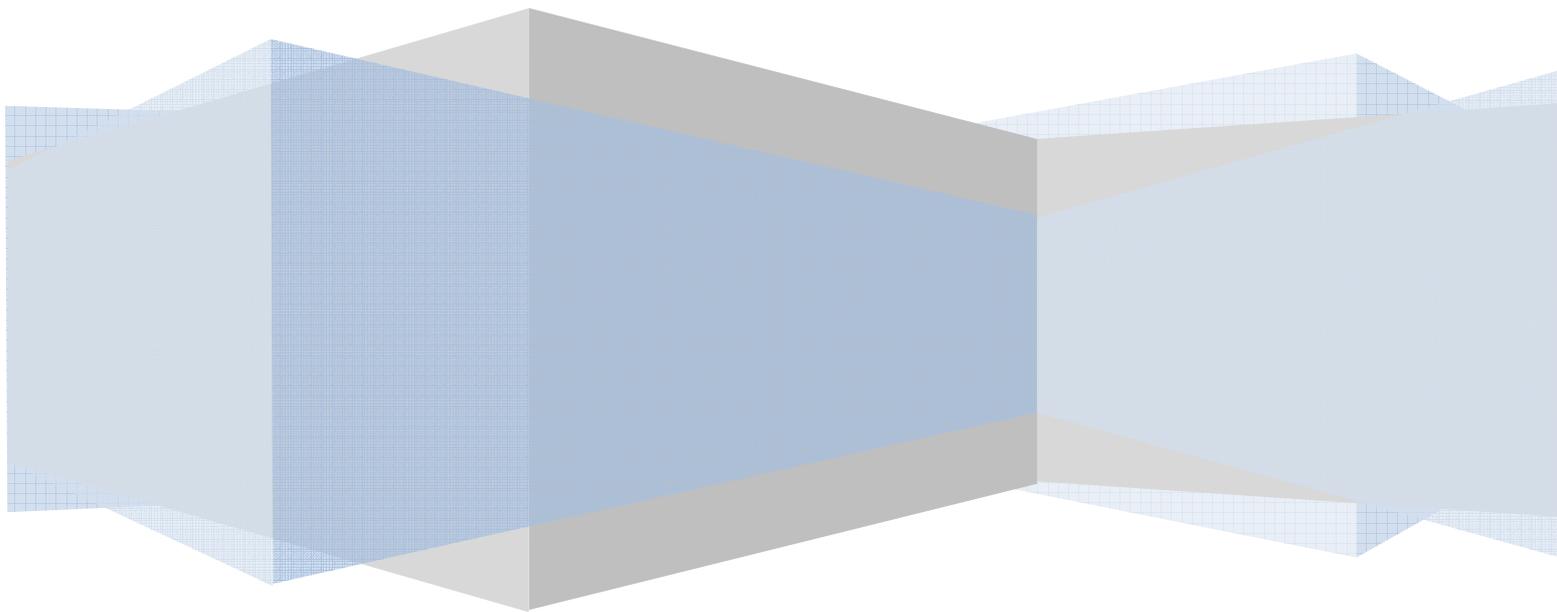


Centro de Estudos e Investigação Científica
Universidade Católica de Angola

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO ECONÓMICO DE ANGOLA 2008



1.- INTRODUÇÃO	5
1.1.- A estabilização macroeconómica	12
1.2.- O sector real da economia	17
1.3.- O mapa do petróleo na África subsariana	25
1.4.- A pobreza	27
2.- OS CONTEXTOS ENVOLVENTES DA ECONOMIA NACIONAL	39
2.1.- O contexto internacional	39
2.1.1.- A economia desenvolvida	43
2.1.2.- As economias emergentes	45
2.1.3.- A economia africana	46
2.1.3.1.- A posição estratégica de Angola em África	49
2.2.- Os factores conjunturais e estruturais internos	54
3.- O SECTOR MONETÁRIO	64
3.1. Introdução	64
3.2. Política monetária e cambial	66
3.3.-Mercado cambial e taxa de câmbio	69
3.4.-Mercado monetário e taxas de juro	72
3.5.-Taxas de juros do sistema bancário	76
3.6.-Agregados monetários	78
4.- POLÍTICA FISCAL E ORÇAMENTAL	87
5.- NÍVEL GERAL DE ACTIVIDADE	88
5.1.- Introdução	88
5.2.- Produto Interno Bruto	89
5.3.- Os sectores prioritários para a diversificação da produção	100
5.4.- Agricultura e desenvolvimento rural	105
5.4.1- A crise alimentar mundial e seus efeitos em Angola	107
5.4.2- Evolução da estrutura de produção agrária e das instituições de apoio	109
5.4.3- A produção agropecuária e florestal	111

5.4.4- Evolução de alguns dos principais programas em curso	117
5.4.5- Investigação e formação	121
5.4.6- O financiamento do sector agrário	122
5.4.7- Ainda os biocombustíveis	124
5.4.8- Pobreza e Desenvolvimento Rural	125
6.- A DESPESA NACIONAL	126
7.- BALANÇA DE PAGAMENTOS	133
7.1- Introdução	133
7.2.- Conta corrente	133
7.2.1. – Conta de bens	134
7.2.1.1-Exportações	135
7.2.1.2 - Importações	137
7.2.2- Balança de Serviços	138
7.2.3.-Rendimentos	138
7.2.4.-Transferências correntes	139
7.3.-Balança de capital e financeira	140
7.3.1.-Empréstimos de médio e longo prazo e outros capitais	140
7.4.-Balança global	141
7.5.-Stock de dívida externa de médio e longo prazo	141
8.- EMPREGO E PRODUTIVIDADE	143
8.1.- Introdução	143
8.2.- Aproximação ao desemprego e à produtividade	147
8.3.- Políticas públicas de emprego e de formação profissional	154
8.3.1.- Administração pública	157
8.3.2.- Administração do trabalho	164
9.- INFLAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA	179
9.1.- Nota prévia	179
9.2.- O comportamento da inflação em 2008	180
9.3.- Condições de vida e poder de compra	187
10.- PERSPECTIVAS	191
10.1.- Economia mundial	191
10.2.- As grandes economias	192

10.3.- As economias emergentes	193
10.4.- A economia africana subsariana	195
10.5.- A economia angolana	196
10.1.2.- Projecções do PIB	202
11.- RECAPITULAÇÃO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ECONÓMICOS EM 2008	203
BIBLIOGRAFIA	225

1.- INTRODUÇÃO

O ano de 2008 vai ficar indelevelmente marcado por dois factos importantes e dos quais se desconhecem, de momento, os reais efeitos sobre a economia mundial – e, por arrastamento, sobre a economia angolana – e que ocorreram na parte final do ano: **a crise financeira e económica internacional** e a **eleição de Barack Hussein Obama**, um assumido social-democrata, para a presidência da maior economia do mundo.

Em 37 anos de economia mundial – entre 1970 e 2007 – ocorreram 124 crises bancárias sistémicas em 100 países diferentes¹, provando, portanto, que não se está a falar de acontecimentos ímpares e raros, mas de situações que, apesar de dramáticas, têm de ser vistas como normais no sistema capitalista. Na verdade, mais de 120 crises ao longo de quase 40 anos está longe de ser uma raridade.

As crises podem acontecer mesmo sem qualquer falha, porque são da natureza íntima do capitalismo e não porque a ganância e a estupidez de alguns agentes bancários e bolsistas as provocam. A essência do actual sistema económico praticado por todas as economias do mundo – as excepções de Cuba e Coreia do Norte, mesmo que se venham a juntar as da Venezuela, do Peru e da Bolívia, não têm qualquer expressão e relevância económica – está na liberdade de iniciativa. Juntam-se os valores da propriedade privada, da liberdade, do mérito e da eficiência. São estes os ingredientes que explicam o extraordinário desenvolvimento da humanidade nos últimos dois séculos. Não são as correcções que os governos estão fazendo sobre os sistemas bancários e financeiros que permitem prenunciar o fim do capitalismo. As intervenções governamentais – traduzidas em nacionalização de bancos ou injeção de liquidez na economia em grande dimensão – não são, como alguns dizem, socialismo, keynesianismo ou sequer intervencionismo. São do mais puro e estrito monetarismo. Milton Friedman, o Prémio Nobel da Economia, considerado o supremo neo-liberal, recomendou estes remédios para tratar de crises iguais às que vivemos no momento presente.

O mais preocupante numa crise financeira – que pode ser debelada ou travada sem se derramar para além do sistema bancário – prende-se com as consequências sobre a economia real.

Parece que neste momento a crise financeira está a atravessar o seu ponto mais crítico. Os índices das bolsas mais importantes do mundo financeiro registaram, no final de 2008, perdas acumuladas dramáticas. O Dow Jones americano inscreveu uma queda de 34,9%, o Xetra Dax da Alemanha uma quebra de 41,6%, o CAC francês uma variação negativa de 44,2%, o Ibex espanhol uma perda acumulada de valor de 40,6%, o Nikkei do Japão uma redução de 42,1% e o Footsie do Reino Unido uma baixa de 33,3%. O

¹ Fundo Monetário Internacional, Working Paper, 2008, *Systemic Banking Crises: A New Database* de Luc Laeven e Fabien Valencia.

mercado financeiro da emergente Rússia apresentou a maior quebra acumulada de valor de todo o mundo, com um registo de 72,7% e a China, a estrela do crescimento económico mundial há quase 30 anos uma redução de 48,8%. Estas são as maiores quedas nos mercados bolsistas internacionais desde há 30 anos.

A Bolsa portuguesa não tem escapado a este furacão financeiro mundial, tendo sido estimado que as empresas do PSI-20 tenham acumulado perdas de 37,9 mil milhões de euros, entre Janeiro e Dezembro de 2008².

O que é que se tem passado afinal, nos mercados financeiros internacionais? Robert Shiller – economista americano da Universidade de Yale – tem sido um dos mais prescientes analistas da crise internacional. Para quem tenha lido alguns dos seus pronunciamentos recorda-se, certamente, dos seus receios sobre a bolha tecnológica da década de 90 do século passado. Paul Samuelson e Robert Solow foram outros eminentes economistas americanos (de resto, dois prémios Nobel) a levantarem pertinentes questões sobre a turbulência económica ocorrida entre 1990 e 2000. Robert Solow, num excelente artigo reproduzido pela extinta revista portuguesa Economia Pura, falava do paradoxo da produtividade: “*vê-se computadores por todo o lado, menos nas estatísticas da produtividade*”. O centro do debate era sobre as reais causas da prosperidade económica registada nessa década: alguns economistas defendiam que os incrementos significativos na produtividade – originados pela difusão das novas tecnologias da informação e comunicação e pela melhor organização das empresas – respondiam pelo essencial do trinómio crescimento do PIB, redução do desemprego e baixa inflação. Outros, pelo contrário, entendiam que nada de significativamente diferente estava a ocorrer que se comparasse a revoluções tecnológicas do passado, como a da electricidade, dos caminhos-de-ferro, do automóvel, etc. Ficaram conhecidos os debates entre Robert Gordon – representante desta última linha de pensamento – e Rudiger Dornbush (já falecido), acérrimo defensor de que a melhoria sistemática da produtividade seria imparável e originaria um crescimento económico sustentável. Joseph Stiglitz fez a

² Os Bancos Millenium BCP e BPI e as energéticas EDP e GALP são as empresas portuguesas aonde a SONANGOL e a UNITEL investiram somas apreciáveis de dinheiro. Se no caso da UNITEL os riscos são assumidos pelos respectivos proprietários, dado o seu carácter privado, já no caso da concessionária nacional dos hidrocarbonetos as aplicações financeiras deveriam ter sido explicadas na Assembleia Nacional e solicitada a respectiva autorização, dado tratar-se de dinheiro da Nação, representada pelo Estado e o Governo. Pelos valores arrolados anteriormente, pode concluir-se que devem ter ocorrido perdas assinaláveis no valor contabilístico das acções adquiridas. O risco de se fazerem negócios com Portugal está bem expresso pelo valor da sua dívida externa, que passou de 11% do PIB em 1996, para mais de 90% em 2008. Estes dados ainda não são definitivos e se a análise for feita em termos de dívida externa bruta, então o cenário é ainda mais negro, com o rácio dívida/PIB a atingir o dobro da riqueza nacional portuguesa. O The World Factbook, da Central Intelligence Agency (CIA) coloca a dívida externa bruta portuguesa como a 19ª maior do mundo. Portugal está muito vulnerável, porque tem um endividamento externo muito alto, num momento em que se vive uma crise financeira grave, com restrições no mercado de crédito (Sónia M. Lourenço, Revista Exame, Março de 2009).

história e a síntese dos anos 90 num magnífico livro sobre a economia mundial deste período³.

No entanto, estes exuberantes anos não o foram totalmente para as economias em desenvolvimento, que conheceram crises sucessivas, a começar pelo México em 1994, tendo-se seguido a Tailândia, a Indonésia e a República da Coreia em 1997 e 1998, o Brasil e a Rússia em 1998 e a Argentina nos finais de 2000 (ficou célebre a declaração de insolvência externa do país perante os seus credores estrangeiros). O Fundo Monetário Internacional mostrou-se completamente impotente para sugerir soluções credíveis e eficazes.

Nouriel Roubini – doutorado pela Universidade de Harvard em 1988 e actualmente professor na Universidade de Nova Iorque –, ao estudar as causas dessas crises, concluiu que os enormes défices das contas externas tinham sido responsáveis pelas subsequentes crises económicas. Quando as economias gastam mais do que produzem – e nós em Angola conhecemos muito bem esta situação, vivida com grande sacrifício durante o período do conflito militar e do modelo administrativo de gestão económica – têm de financiar o diferencial com empréstimos externos, que as expõem ao equivalente nacional do descrédito bancário dos levantamentos em massa. A maioria daquelas economias apresentava sistemas de regulação bancária deficientes e débeis e carteiras de empréstimos de elevado risco, associados a uma gestão empresarial laxista e fraca.

Depois de analisar os mercados que colapsaram na década de 90, Roubini dedicou-se ao estudo da economia americana que, em 2004, apresentava um défice externo estimado em 600 mil milhões de dólares, tendo concluído, então, que seriam os Estados Unidos o próximo país a viver intensamente uma crise financeira. As suas convicções aumentaram quando a Reserva Federal Americana resolveu baixar sucessivamente a taxa de juro – para combater a bolha da Internet (o *crash* das *dotcom*), a crise asiática e os sinais de abrandamento do crescimento económico – até próximo de zero por cento. Os investidores estrangeiros deixaram de financiar o duplo défice americano – fiscal e da conta corrente externa – e o dólar desmoronou-se. O verdadeiro preço da actual crise financeira internacional pode atingir, segundo a sua opinião, 1000 a 1500 mil milhões de dólares.⁴

³ Stiglitz, Joseph - *The Roaring Nineties: A New History of the World's Most Prosperous Decade*, de 2003, publicado, em português, pela Companhia das Letras sob o nome de *Os Exuberantes Anos 90: Uma Nova Interpretação da Década Mais Próspera da História*.

⁴ A perda de valor dos Bancos em bolsa tem sido vertiginosa. De acordo com o suplemento de Economia do Jornal Expresso de 28 de Fevereiro de 2009, entre 30 de Junho de 2007 e 25 de Fevereiro de 2009, os maiores bancos europeus e norte-americanos perderam cerca de 1783,6 mil milhões de dólares, o equivalente a 39 vezes o Rendimento Nacional Bruto de Angola em 2007.

Parece, portanto, que a presente crise financeira internacional era previsível, tendo, afinal, os economistas dado má conta da sua profissão. O seu centro de gravidade é a economia americana, que tem vivido à custa do resto da economia mundial. De acordo com Martin Wolf⁵, a dívida externa dos Estados Unidos da América passou de 163% do PIB em 1980, para 346% em 2007. Dois sectores estão na base deste aumento dramático: as famílias, cujo endividamento passou de 50% do PIB em 1980, para 71% em 2001 e 100% em 2007; e o sector financeiro, com um stock de dívida de 116% do PIB em 2007, contra 21% em 1980 e 83% em 2000. Com um montante tão excepcional de dívida externa e a situação económica interna difícil, a probabilidade de arrastamento para a falência de outros países e entidades é enorme⁶. Receia-se que possa ocorrer o fenómeno do *debt deflation* descoberto pelo economista americano Irving Fisher em 1933 e vivido pelo Japão nos anos 90.

A eclosão da actual crise financeira está oficialmente datada em 6 de Agosto de 2007, quando a American Home Mortgage, uma das instituições de crédito independentes de maior dimensão dos Estados Unidos da América, declarou falência provocada pela queda do mercado imobiliário. Porém, desde 2000 que os mais astutos operadores dos mercados financeiros internacionais identificaram sinais preocupantes de que, mais tarde ou mais cedo, o *crash* bolsista poderia acontecer.

A explicação mais simples para a actual crise financeira está na forte subida dos preços das habitações nos Estados Unidos – mas, também, embora seja frequentemente esquecido, no Reino Unido e na Espanha – e das oportunidades que tal facto proporcionou aos intermediários imobiliários e às estruturas financeiras correlacionadas. Estes sinais do mercado imobiliário foram tomados como firmes, a tal ponto de justificarem uma multiplicação, sem precedentes, das ofertas de crédito para aquisição de habitação – própria ou de tipo comercial – através de processos, quase intermináveis, de financiamento, re-financiamento, re-re-financiamento, com um significativo desleixo pelos mais elementares critérios de garantias bancárias, que contribuiu para a criação duma bolha imobiliária de proporções catastróficas e de efeitos dilacerantes, a partir do momento em que o preço das casas começou a despencar.

⁵ Wolf, Martin – Le Plan Poulson n'est pas une bonne solution à la crise, Le Monde, 30 Septembre, 2008.

⁶ Nouriel Roubini mostra-se reservado às nacionalizações dos bancos americanos em dificuldades financeiras, como solução para se restabelecerem os fundamentos do sistema financeiro dos Estados Unidos. Na verdade, as nacionalizações iriam acrescentar milhares de milhões de dólares à já sufocante dívida federal, para além da acumulada pelas famílias e empresas. Os maiores financiadores da dívida norte-americana são a China, a Rússia e os Estados do Golfo, que são rivais dos Estados Unidos e não propriamente aliados, o que levanta um importante problema de géo-política internacional. Ou seja, as soluções económicas que venham a ser encontradas para a crise financeira dos Estados Unidos passam por arranjos políticos complicados, sensíveis e precários, depositando-se em Obama a esperança de que o seu programa consiga resultados positivos e rápidos. Os Estados Unidos vão, seguramente, conseguir sair da crise, mas a sua posterior posição no mundo sairá muito diferente, mesmo que mantenha o estatuto de maior potência económica, tecnológica, científica e militar do mundo. O multilateralismo vai ter de ser a estratégia global para as crises económicas, sociais e políticas.

Em 2000, o reventamento da bolha da Internet – quebra acentuada das cotações bolsistas das mais importantes empresas ligadas às novas tecnologias da informação e comunicação –, a explosão dos escândalos financeiros de grandes empresas como a Enron, a manifestação da crise asiática e o abrandamento do crescimento económico americano, levaram a Reserva Federal Americana a baixar a taxa de juro de 6,5% para 3,5% no espaço de apenas alguns meses. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 vieram agravar a crise económica americana, tendo-se continuado a reagir através da baixa continuada da taxa de juro, até atingir cerca de 1% em Julho de 2003, a mais baixa verificada em 50 anos. Durante quase 3 anos, a taxa de juro de curto prazo, ajustada pela inflação, esteve negativa. Com dinheiro barato e o preço das casas tendencialmente crescente, proporcionaram-se oportunidades únicas de investimento muito rentável, que, por seu turno, alimentaram o aparecimento de uma panóplia de mecanismos financeiros para canalizar fundos para esses investimentos. No contexto duma conjuntura extremamente favorável, o sistema financeiro aproveitou essas oportunidades para garantir rendibilidades excepcionais aos investidores.

Quando o preço do dinheiro é baixo e se espera que o valor da propriedade suba mais do que o custo do arrendamento, faz todo o sentido ser proprietário de mais habitações do que aquelas que se tem a intenção de ocupar. As instituições de crédito aligeiraram os seus parâmetros de concessão de empréstimos e inventaram novas modalidades de estimular o negócio e gerar mais-valias, o que consequencializou uma maior subida do preço das casas – a típica bolha especulativa. A partir do momento em que o preço das casas começou a descer, ainda em 2006, todo este processo de geração de ganhos especulativos e desligados da economia real estava condenado ao fracasso, arrastando consigo outras actividades financeiras e vastos sectores da economia real.

Na verdade, a crise financeira encontra-se espalhada. Inicialmente, estava-se convencido de que esta crise se circunscrevia ao *subprime* – hipotecas imobiliárias de alto risco – mas começou a perceber-se que o risco de contaminação existe e é grande. George Soros⁷ afirma que o sentimento de angústia se espalhou desde o mercado imobiliário residencial, às dívidas mais variadas, desde as de cartão de crédito, passando pelo imobiliário de rendimento e acabando nas dos automóveis. Afirma: *“Ao longo das últimas décadas os Estados Unidos têm conseguido superar grandes crises financeiras, tais como a crise internacional de empréstimos por volta de 1980 e a crise das poupanças e empréstimos do início de 1990. Mas a crise actual é de um tipo completamente diferente. Espalhou-se de um segmento do mercado a outros, particularmente àqueles que empregam instrumentos artificiais e estruturados criados de raiz. Tanto a exposição, como a base de capital das grandes instituições financeiras foram inseridas na equação e é provável que as incertezas continuem por resolver por um período longo de tempo. Isto está a impedir o normal funcionamento do sistema financeiro e é provável que venha a ter consequências de longo alcance para a economia*

⁷ Soros, George - O Novo Paradigma para os Mercados Financeiros: A Crise do Crédito de 2008 e as suas Implicações, Almedina, 2008.

real". Ou seja, a economia mundial está no meio dum turbilhão financeiro como não acontecia desde a Grande Depressão de 1929-1932. A questão agora é: esta crise financeira é o prelúdio de outra Grande Depressão? Os mercados financeiros e as autoridades financeiras têm sido muito lentas em reconhecer que a economia real vai ser, com certeza, afectada. Em proporções e intensidades diferentes de país para país, mas seguramente afectada, o que pode engendrar um ciclo vicioso de decrescimento económico mundial. Como a economia real é estimulada pela expansão do crédito, uma contracção do mesmo leva, seguramente, a uma compressão do crescimento económico. Não pode ser de outra maneira.

E, de facto, todas as previsões de crescimento económico – mundial e para as economias que participam da economia-mundo – têm sido, sucessivamente, revistas em baixa significativa, receando-se que algumas economias desenvolvidas e emergentes possam entrar em recessão durante 2009.

Tal como na década de 90 do século passado, está a viver-se, de novo, um período de interessante reflexão teórica, desta vez deslocada para a regulamentação dos mercados financeiros e o papel do Estado na economia de mercado.

George Soros afirma que os fundamentos da actual crise se encontram numa expansão inusitada e especulativa do crédito e no fundamentalismo de mercado. A excessiva liquidez injectada na economia americana desde 2000, como solução praticada por Alan Greenspan para combater a crise asiática, o colapso das empresas das novas tecnologias e a recessão económica pós 11 de Setembro de 2001 não engendraram os efeitos o que o antigo presidente da Reserva Federal esperava, ou seja, que o mercado fosse capaz de, por si só, corrigir os excessos e desvios e retomar a sua trajectória normal. Para Soros, a crise actual representa o fim duma era de supremacia do financeiro sobre a economia real, mas nunca o fim do capitalismo.⁸

Mais de 200 renomeados economistas americanos – entre os quais os prémios Nobel Robert Lucas (Universidade de Chicago) e Vernon Smith (Universidade de Chapman) – criticaram, veementemente, as intervenções da Administração Bush nos mercados financeiros nos finais de 2008, mormente o pacote financeiro de 740 mil milhões de dólares, por considerarem que o plano Poulson continha alguns vectores negativos, a saber, a sua injustiça, a sua ambiguidade e os seus efeitos a longo prazo sobre os fundamentos da economia de mercado. Kenneth Rogoff entende que a intervenção do Tesouro americano, para tentar regular o mercado financeiro, vai levar as indústrias em situação de ruptura, como a automóvel, a pedir tratamento idêntico ao do sector financeiro. Esta premunição vir-se-ia a concretizar em 2009, já em plena

⁸ Francis Fukuyama, no seu *best-seller* *O Fim da História*, diz que “*no fim da História já não haverá adversários ideológicos a sério da democracia liberal*” e o facto de persistir, nesse mesmo fim da História, uma ou outra autocracia no activo, não é motivo de preocupações, acrescenta Robert Kagan (Courrier International, Outubro de 2008).

Administração Obama e no contexto do pacote de medidas anti-crise da sua Administração.

No entanto, a intervenção do Estado sobre o sistema financeiro é sempre indispensável, quando existe um risco sistémico. Sempre foi assim e sê-lo-á, dada a sua vulnerabilidade. Mas isso não significa o regresso ao fundamentalismo da intervenção do Estado na economia.

A eleição de Barack Hussein Obama para a presidência dos Estados Unidos ocorreu, justamente, num momento de grave crise financeira e económica internacional e de enorme instabilidade política mundial, cujos focos principais são a Rússia, o terrorismo internacional e o fundamentalismo islâmico, a questão israelo-palestina (que George Walker Bush garantiu que resolveria antes do final do seu desastrado mandato) os Balcãs e o Oriente Médio, com destaque para o Irão, o Iraque e a Síria. Obama recebe um país que em oito anos de governação da Administração Bush viu a sua economia degradar-se, os seus défices externo e fiscal a acumularem em milhares de milhões de dólares anualmente, as suas emissões poluentes a aumentarem (os Estados Unidos, ao lado da China, são os maiores poluentes da atmosfera) e o seu consumo de matérias-primas e de energia a atingir níveis nunca antes registados. O novo presidente americano tem, de facto, entre mãos problemas duma gravidade e profundidade nunca antes acontecidos na História do seu país e do mundo. A sua formação humanista e a sua opção social-democrata tornam-no numa esperança para a ultrapassagem dos actuais problemas mundiais e a entrada numa era de equilíbrio político internacional – onde todas as vozes tenham expressão na definição dum modelo de relacionamento menos desequilibrado – e de melhor distribuição do rendimento mundial.

Espera-se que a equipa Tony Lake e Susan Rice – repetente no departamento dos assuntos africanos da Administração norte-americana – consiga entender os reais problemas sociais, políticos e económicos de África. Zimbabwe, Grandes Lagos, Sudão, Somália, Sara Ocidental e Mauritània são, presentemente, os grandes problemas políticos de África para cuja resolução a nova Administração americana pode dar um contributo novo e diferente.

No domínio económico, a África subsariana conta com maiores apoios na agricultura e na capacidade interna de transformação e mais justos acordos comerciais, que ajudem a aumentar e a melhorar a participação africana na economia mundial. Quanto à ajuda pública ao desenvolvimento, a nova Administração não tem grandes margens para aumentá-la, atendendo à dramática situação financeira do país. Provavelmente o combate à malária, tuberculose e HIV-SIDA continuarão a ser os domínios sociais prioritários de intervenção das ajudas financeiras directas dos Estados Unidos.

As eleições legislativas de Setembro de 2008 são o facto político interno mais relevante que Angola viveu. A expressiva vitória do MPLA – 81,6% dos votos, contra 10,4% da UNITA – terá como resultado imediato uma maior responsabilidade na resolução de graves situações de pobreza, fome, injustiça social, distribuição da riqueza e

do rendimento e condições de vida da generalidade da população, justamente os seus votantes. Os indicadores sociais são muito negativos – taxa de pobreza de mais de 60%, taxa de desemprego acima de 25%, esperança de vida de 41,7 anos e taxa de mortalidade infantil de 26% – e a sua melhoria em quatro anos e num clima geral de crise financeira e económica vai exigir grande determinação, transparência e racionalidade na utilização dos recursos fiscais petrolíferos em declínio, noção das prioridades e reajustamento em algumas das promessas eleitorais feitas. O combate à corrupção e ao desperdício tem de ser implacável, com a denúncia e julgamento dos prevaricadores. De resto, uma das bandeiras do programa eleitoral do MPLA.

1.1.- A estabilização macroeconómica

A parte final de 2008 – a partir de Julho – foi particularmente adversa para a economia angolana, tendo-se reflectido nos fundamentos da estabilidade macroeconómica do país. Em diversos parágrafos deste Relatório Económico chama-se a atenção para o facto de, enquanto a dependência do petróleo for a que é, dificilmente se pode afirmar a sustentabilidade da estabilização macroeconómica. O crescimento dos sectores não minerais, o adensamento da malha de relações intersectoriais, o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, a inovação e a alta qualificação da força de trabalho são os únicos fundamentos que podem emprestar sustentabilidade à estabilidade económica e ajudar a construir um sistema de resistência a determinados corpos infecciosos externos, como a actual crise financeira e económica.

Depois de Agosto de 2008, os preços do petróleo e dos diamantes entraram em queda acentuada, e não tivessem sido as reservas que o Governo conseguiu acumular nos meses anteriores, graças aos elevados preços da primeira das *commodities*, os programas do Governo poderiam ter entrado em colapso.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E DOS DIMANTES EM 2008



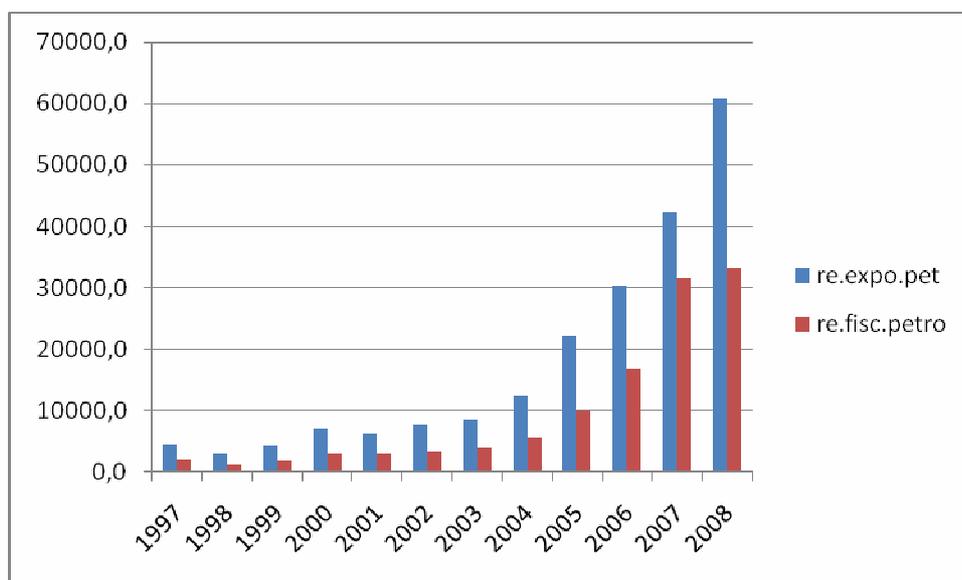
FONTES: Ministérios dos Petróleos e da Geologia e Minas

NOTAS: ppdol – preço do barril de petróleo em dólares; pddol – preço do quilate de diamantes em dólares.

Em Dezembro, o preço do petróleo tinha averbado uma quebra de 60,3% e dos diamantes uma redução de 68,4%, em referência a Janeiro de 2008.

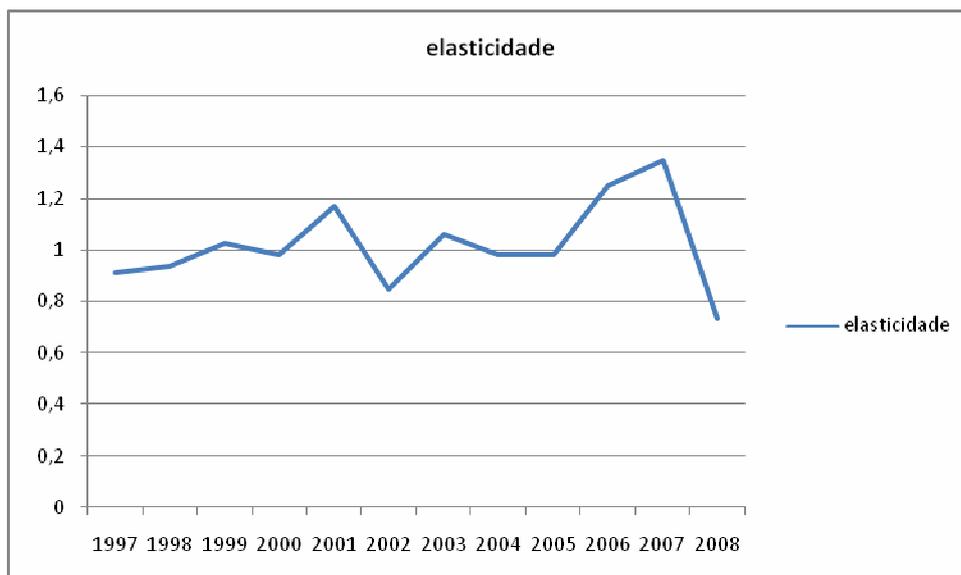
Não admira, portanto, que as receitas de exportação e as receitas fiscais incidentes sobre a exploração destes minerais tenham experimentado diminuições, apesar das quantidades produzidas de petróleo terem aumentado, em termos médios anuais, 12,3%.

RECEITAS DE EXPORTAÇÃO E FISCAIS DO PETRÓLEO



FONTES: Ministérios dos Petróleos e das Finanças.

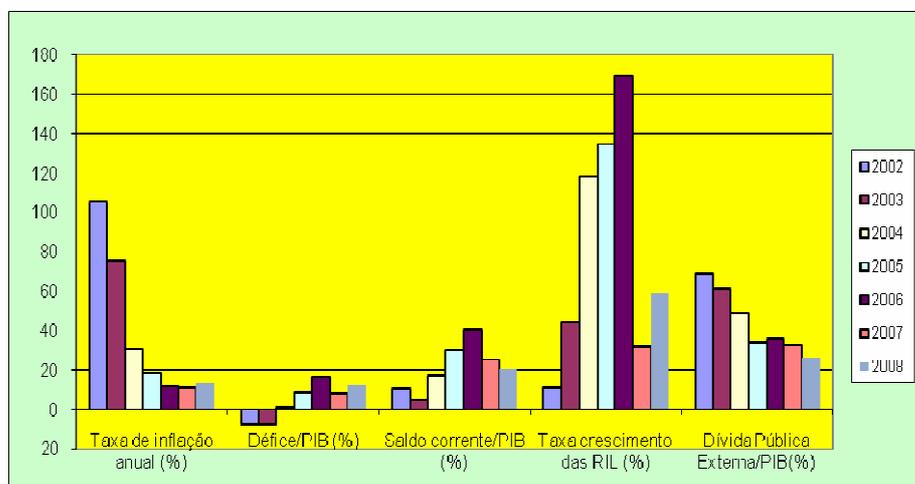
Uma leitura atenta do gráfico anterior mostra que a eficácia das receitas fiscais petrolíferas tem variado ao longo dos anos. Com efeito, ao comparar-se as taxas de variação de cada uma das variáveis em referência, verifica-se, muito em particular em 2008, que se arrecadaram, relativamente, menos receitas fiscais. O gráfico seguinte apresenta a evolução da elasticidade das receitas fiscais petrolíferas comparativamente às receitas de exportação do crude.



FONTE: CEIC, Núcleo de Macroeconomia.

Quanto aos fundamentais macroeconómicos (*macroeconomic fundamentals*), as ocorrências financeiras e económicas internacionais influenciaram-nos, sendo de destacar a subida da taxa de inflação, a diminuição do saldo da Conta Corrente com o Exterior, a subida do défice fiscal. Do lado positivo, a redução do rácio da dívida pública externa e o crescimento das Reservas Internacionais Líquidas.

MACROECONOMIC FUNDAMENTALS



FONTE: Quadro Macroeconómico Comparativo, CEIC, Núcleo de Macroeconomia.

A diminuição das Reservas Internacionais líquidas – em Novembro de 2008 o seu valor ultrapassava os 20 mil milhões de dólares – depois de Dezembro e acentuada a

partir de Janeiro de 2009, tem duas causas⁹: a redução do valor das exportações devido ao efeito preço/quantidade do petróleo no mercado internacional e a manutenção do valor cambial do kwanza face ao dólar, para se garantir o cumprimento do objectivo de se preservar, em níveis elevados, a confiança na moeda nacional, conseguida, como se sabe, graças à forte diminuição verificada no nível de inflação depois de 2003.

A questão de reflexão que se coloca é a seguinte: o que vale mais numa situação previsível de crise da economia angolana em 2009, manter o kwanza forte ou praticar uma política de desvalorização adaptativa às disponibilidades de divisas que a economia for conseguindo e à evolução da crise financeira e económica internacional? A resposta é, evidentemente, discutível e depende bastante do tempo de duração da crise económica mundial. Se a sua recuperação acontecer já a partir de 2010, como sustentam algumas instituições financeiras internacionais e alguns dos mais renomados economistas, talvez se aceite a determinação do Governo de resguardar o poder de compra externo da moeda nacional. Esta colocação pode ainda ser reforçada pela circunstância de as exportações mundiais estarem em crise, sendo, por consequência, preferível facilitar o processo interno de reequipamento da indústria e da agricultura.

No entanto, numa perspectiva de médio prazo, um kwanza forte não ajuda a constituir expectativas favoráveis à exportação e, por arrastamento, à diversificação da produção.

O Banco Nacional de Angola tem complementado o pacote de política monetária, tendente a evitar a desvalorização do kwanza face ao dólar, com a elevação da taxa de redesconto e do nível de reservas bancárias obrigatórias. Estas medidas vão tornar mais escasso o crédito bancário ao consumo e ao investimento e contribuir para o incremento da taxa de juro. As consequências sobre a iniciativa e os empreendimentos privados, que ajudam a diversificação da economia, serão, naturalmente, negativas. Um eventual efeito colateral destas medidas monetárias tendentes a reduzir o excesso de liquidez em kwanzas na economia pode ser o de aumentar a selectividade do crédito bancário, financiando-se, apenas, os projectos com a mais elevada eficiência marginal do capital. Este resultado melhoraria a eficiência do crescimento económico.

Não obstante, a diminuição das Reservas Internacionais Líquidas é um mau sinal em relação à criação duma capacidade interna de resistência aos efeitos da crise financeira internacional. Um dos parâmetros de medição desta capacidade de resistência é, justamente, o stock de reservas internacionais. Os outros são, como se sabe, o saldo positivo da Balança de Transacções Correntes, o défice fiscal reduzido, o nível de inflação e o volume de dívida externa.

As previsões, pelo menos para 2009, vão no sentido duma redução do saldo positivo da BTC (que poderá mesmo tornar-se negativo, tudo dependendo do

⁹ Parece, no entanto, existirem outras razões para a diminuição das reservas internacionais líquidas relacionadas com o pagamento, por conta, de diversas despesas fiscais do Tesouro.

comportamento do preço do petróleo e das decisões da OPEP de redução da oferta), do incremento da dívida externa, da diminuição das RIL e duma maior instabilidade dos preços.

Portanto, a desvalorização do kwanza parece inevitável em 2009. O contrário pode ser um erro de política económica.

No entanto, tudo vai depender do comportamento do dólar face às moedas mais fortes, como o euro e a libra. As perspectivas são dum enfraquecimento do valor da moeda americana, na medida em que a situação económica dos Estados Unidos é crítica – a recessão esperada para 2009 é de -4% com probabilidade elevada de se prolongar em 2010 –, mas, igualmente, devido à necessidade de serem estimuladas as exportações americanas para contrabalançarem a quebra no consumo privado das famílias. Acresce que, uma cotação baixa do dólar diminui o valor da sua dívida externa, situação em que a Administração Obama está, evidentemente, interessada. São, portanto e deste ponto de vista, compreensíveis as propostas do Presidente do Banco Central da China sobre a utilidade em se criar uma nova moeda de referência internacional, mais imune às especulações bolsistas. É que a China é o maior credor dos Estados Unidos, com uma dívida global estimada em um trilião de dólares. Por outro lado, a maior parte dos investimentos chineses no mundo e dos seus empréstimos em África estão titulados em dólares, donde o receio pela instabilidade da divisa americana.

Assim sendo, fortalecer o dólar face ao kwanza pode vir a estar em contraciclo com o comportamento internacional da moeda americana.

COMPORTAMENTO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS E ORÇAMENTAIS

AGREGADOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas fiscais petrolíferas/PIB(%)	31,0	28,2	28,3	32,3	33,8	37,1	39,8
Receitas totais/PIB(%)	40,4	37,5	36,8	40,7	42,2	45,7	47,6
Despesas Públicas/PIB(%)	47,9	44,7	35,7	32,2	32,3	34,4	35,2
Taxa de variação de M1(%)	130,5	82,9	51,9	62,6	51,2	49,7	79,2
Taxa de variação de M2(%)	159,1	66,3	41,5	55,5	57,3	38,7	70,5
Taxa de câmbio de referência(usd/kz)	41,70	79,08	83,44	80,78	80,26	76,48	75,17

FONTES: Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola.

Destaca-se, pela negativa, o excessivo crescimento da monetária, simbolizada por M₁ e M₂.

1.2.- O sector real da economia

As notáveis taxas de crescimento registadas nos últimos anos contribuíram para elevar a taxa tendencial de crescimento da economia nacional, conforme se pode apreciar pela tabela seguinte.

TAXAS REAIS ANUAIS E TENDENCIAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (%)

PAÍSES	1989-98	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Tx.ten
Angola	0,3	3,2	3,0	3,1	14,5	3,3	11,2	20,6	18,6	20,9	13,6	9,95
Botswana	6,5	7,2	8,3	4,9	5,7	6,4	6,6	4,7	3,4	5,7	5,3	5,87
Maurícias	5,9	4,6	7,2	4,2	1,5	3,8	4,8	3,1	3,6	4,2	6,6	4,49
A. do Sul	1,4	2,4	4,2	2,7	3,7	3,1	4,9	5,0	5,4	5,1	3,8	3,78
Nigéria	3,4	1,5	5,4	3,1	1,5	10,3	10,6	5,4	6,2	5,9	6,2	5,37
Guin-Equat	26,9	24,1	13,5	61,9	18,8	14,0	38,0	9,7	1,3	21,4	7,4	20,58
Gabão	4,8	-8,9	-1,9	2,1	-0,3	2,4	1,1	3,0	1,2	5,6	3,9	1,11
Congo	3,0	-2,6	7,6	3,8	4,6	0,8	3,5	7,8	6,2	-1,6	9,1	3,77
Camarões	-0,3	4,4	4,2	4,5	4,0	4,0	3,7	2,3	3,2	3,5	3,8	3,38
Chade	3,5	-0,7	-0,9	11,7	8,5	14,7	33,6	7,9	0,2	0,2	0,4	6,78
S.Tomé Prin	1,3	2,5	0,4	3,1	11,6	5,4	6,6	5,7	6,7	6,0	5,8	4,97
Zimbabué	2,9	-3,6	-7,3	-2,7	-4,4	-10,4	-3,6	-4,0	-5,4	-6,1	n.a	-4,88

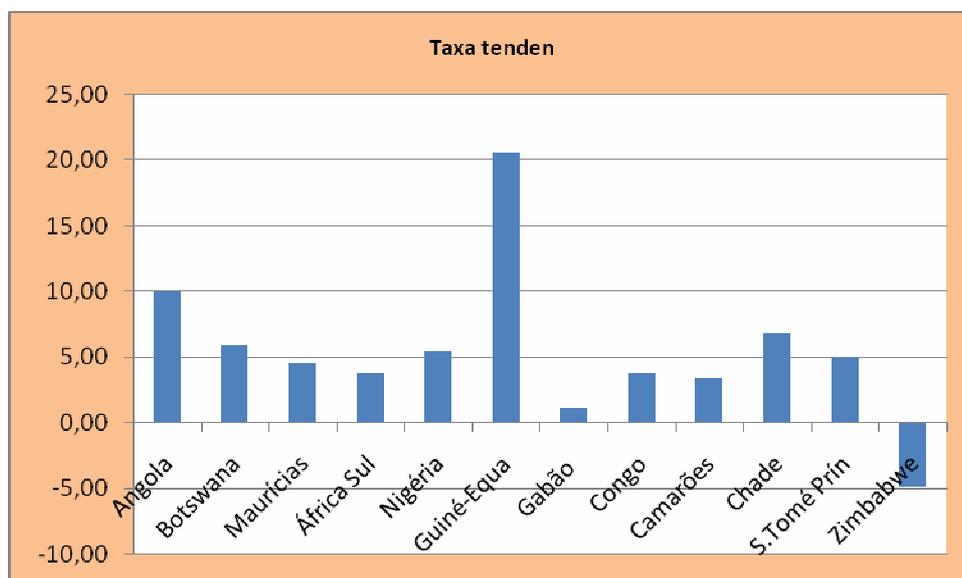
FONTE: World Economic Outlook, April 2009, International Monetary Fund; Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, October 2008, International Monetary Fund.

A crítica situação do Zimbabwe, que, desde 1999, vem averbando taxas sistematicamente negativas de crescimento económico, agravadas com taxas de inflação anual em redor dos 100 mil por cento.

Com excepção da Guiné-Equatorial, os restantes países produtores de petróleo do Golfo da Guiné apresentaram fracos resultados económicos, destacando-se o Gabão e os Camarões, nossos concorrentes na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Nigéria, sendo as respectivas tendências de crescimento a longo prazo muito baixas. Nigéria, Guiné-Equatorial e Chade continuaram a ocupar, em 2008, os últimos lugares do ranking do Índice de Percepção da Corrupção. Em matéria do “*Mo Ibrahim Governance Index*” os últimos lugares, em 2008, ficaram reservados a Angola, ao Sudão, ao Chade e à RDC.

Quanto à taxa tendencial de crescimento económico – média geométrica das taxas reais de crescimento do PIB registadas entre 1989 e 2008 – Angola aparece como a segunda melhor do grupo dos países anteriormente seleccionados, e mesmo em todo o

continente africano têm sido o nosso país e a Guiné-Equatorial a rubricarem a melhor sequência de variação real da economia.



FONTES: As da tabela anterior.

O Governo tinha estabelecido, para 2008, uma meta de crescimento do Produto Interno Bruto de 15,6%, a preços constantes de 2002¹⁰. As razões para a manutenção dum crescimento tão elevado, embora menor ao verificado nos anos imediatamente precedentes, relacionam-se com os elevados investimentos privados e públicos e as expectativas positivas quanto ao comportamento da procura e do preço do principal recurso financeiro do país, o petróleo.

No entanto, permaneceram diversas debilidades nas actividades-suporte do funcionamento da economia – tais como, a baixa produtividade da Administração Pública e de todos os sistemas associados, como os da educação, da justiça e da saúde, a baixa qualidade dos serviços prestados, a sistemática falta de electricidade e água, as deficientes redes de transportes, o ambiente geral de negócios dominado pela corrupção e o tráfico de influências – que podem travar as elevadas tendências de crescimento do PIB. De resto, as estatísticas internacionais, mormente do Banco Mundial e o Mo Ibrahim Index, mantêm o nosso país nos patamares mais baixos em itens relacionados com a boa governação, a transparência e a capacidade estratégica do sector privado angolano.

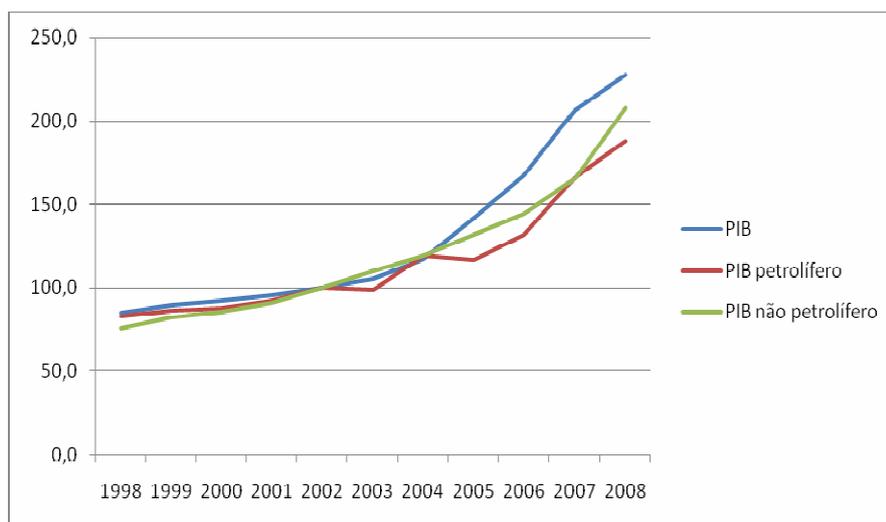
As estimativas do CEIC apontam para uma taxa de crescimento do PIB em 2008 da ordem dos 13,6%, com os parciais de 15,2% para o PIB não petrolífero e 12,3% para o sector petrolífero. O Fundo Monetário Internacional apresenta uma estimativa superior,

¹⁰ Ministério do Planeamento – Programa Executivo do Governo 2009, Junho de 2008.

de 14,8% para o PIB, 11,9% para o PIB petrolífero e 18,4% para o PIB não petrolífero¹¹. As estatísticas oficiais disponíveis¹², apontam para um crescimento do PIB de 13,8%. Em qualquer um dos casos, os crescimentos encontram-se abaixo das previsões iniciais do Governo¹³.

Desde 2003, o PIB angolano foi multiplicado por 2,25, ou seja, mais do que duplicou, correspondendo a uma taxa média anual de variação de 14,4%, superior à da China nos últimos 10 anos. O PIB por habitante, em dólares correntes, passou de 959 dólares em 2003, para 4961 dólares em 2008, um incremento de mais de 5 vezes. Não obstante este desempenho, a grande maioria da população permanece num estado permanente de pobreza, tendo de sobreviver com pouco mais de 2 dólares por dia. A injusta e deficiente distribuição do rendimento e da riqueza – expressa por um índice de Gini de 0,62 – explicam porquê o índice de exclusão dos benefícios do crescimento permanece elevado.

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO PIB



FONTE: Relatórios Económicos dos anos anteriores.

Já noutros Relatórios Económicos se tem apresentado a perspectiva do CEIC sobre as elevadas taxas de crescimento do PIB que Angola tem apresentado nos últimos anos, depois de resolvido o conflito militar interno. Continua-se a pensar essencialmente que:

¹¹ International Monetary Fund – Angola, Staff Report for the 2008 Article IV Consultation, March 2009.

¹² Relatório do Balanço do Programa do Governo, 2008.

¹³ Como se irá mostrar mais adiante, já em Agosto de 2008 se começaram a manifestar alguns sintomas de que a economia angolana poderia ser afectada pela crise económica mundial.

- esse crescimento não tem gerado uma melhoria proporcional das condições de vida da população – devido ao modelo de constituição de riqueza e de distribuição do rendimento nacional,
- os custos associados à intensa variação do nível geral da actividade económica têm sido elevados e mal distribuídos,
- a estrutura económica continua, no primordial, a mesma, representando a economia mineral mais de 55% do PIB total,
- e a estabilização macroeconómica conseguida não tem, ainda, fundamentos sólidos, dados pela economia nacional não petrolífera (agricultura, manufactura, serviços diversos) e pela capacidade científica, tecnológica e de inovação¹⁴.

Ou seja, existe um risco elevado de, uma vez passada a presente euforia e esgotadas as oportunidades dadas por um país destruído pela guerra, se regressar a crescimentos mais suaves – e provavelmente mais adequados à nossa actual capacidade de gestão e absorção –, na casa de um dígito, ainda que próximo dos 10%.

Aliás, parece que o próprio Governo tem consciência destes riscos, ao ter assumido, nos diferentes documentos que pautam a sua governação, uma tendência de desaceleração do crescimento da actividade económica nacional. Assim, as taxas de crescimento do PIB, respectivamente, para 2007, 2008 e 2009 são de 23,3%, 13,8% e 11,8%. O mesmo comportamento tendencial foi definido para a economia não petrolífera: 25,7%, 15,0% e 16,3%, respectivamente.

Estas cifras acabam por indicar que as eleições em nada afectaram a confiança que os investidores e as instituições internacionais passaram a depositar no país. As expectativas dos agentes privados – perante a determinação do Governo em continuar a investir na reabilitação das infra-estruturas e na constituição do capital humano e em garantir que o processo político seja o mais transparente possível – continuam, aparentemente, altas. O movimento de entrada de estrangeiros continua em crescendo e os pedidos de constituição de novos negócios e empresas têm aumentado significativamente.

Resta, no entanto, avaliar os efeitos da crise mundial sobre estas dinâmicas internas¹⁵. Apesar do crédito do sistema bancário à economia continuar a crescer, têm, no

¹⁴ Naturalmente que os níveis de corrupção interferem com os modelos e as políticas de redistribuição da riqueza e do rendimento nacional. Ian Isaksen e Odd-Helge Fjeldstad identificam diferentes formas de os governos intercederem a favor de práticas transparentes. Ver *Anti-Corruption Reforms: Challenges, Effects, and Limits of World Bank Support*, páginas 16 e 17, World Bank, 2008.

¹⁵ A crise económica mundial trouxe uma certeza para economias como a angolana, mergulhadas numa dependência doentia dos recursos minerais, que fomentam desigualdades sociais: a diversificação da economia é incontornável para se ultrapassarem períodos de contracção económica. No parágrafo 2.2. são

entanto, aparecido indícios de dificuldades de reembolso de empréstimos contraídos para aquisição de imobiliário e para investimentos no sector produtivo. Parece que os bancos passaram a analisar com muito mais cuidado os pedidos de financiamento à economia e ao sector privado e a verificar, com mais profundidade, a idoneidade dos mutuantes¹⁶.

Os sinais dos efeitos da crise económica internacional sobre a economia angolana começaram a tornar-se visíveis a partir de Agosto de 2008, com a quebra dos preços e das quantidades exportadas de petróleo e diamantes, que se reflectiram sobre as respectivas dinâmicas de crescimento.

TAXAS MENSAS DE CRESCIMENTO



FONTE: CEIC, Núcleo de Macroeconomia.

Com efeito, a partir do segundo semestre de 2008, tornaram-se claras as tendências de regressão dos dois principais sectores financiadores da economia nacional, com a actividade diamantífera a apresentar em Dezembro um “*hard landing*”, utilizando-se a expressão de Paul Samuelson. A taxa de crescimento do PIB diamantífero foi, no

tecidas considerações sobre a diversificação da economia angolana e apresentados indicadores de diversificação da estrutura produtiva.

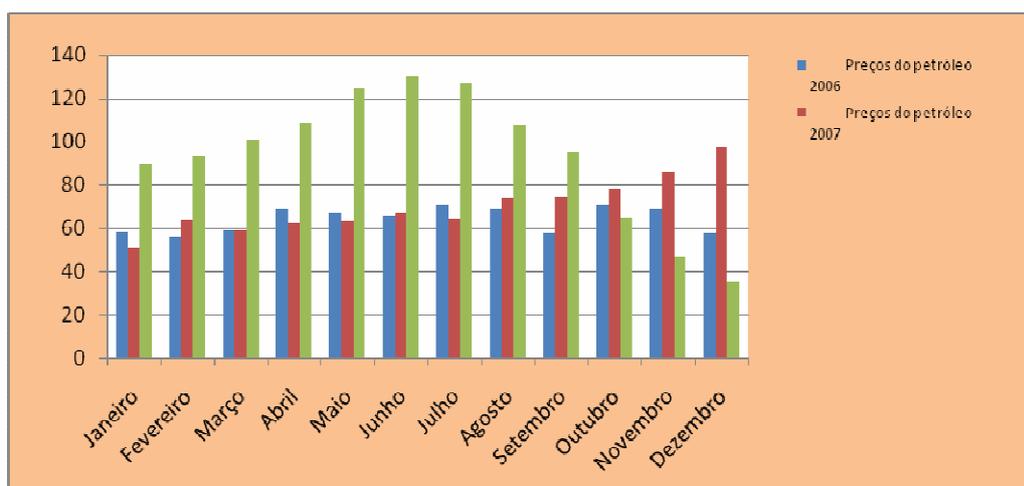
¹⁶ Em declarações públicas recentes, Fernando Teles, presidente do Conselho de Administração do BIC, referia taxativamente: “*Há muitos empresários desonestos, por isso, temos de ter a coragem e o bom senso de avaliarmos os projectos e negarmos aquilo que não nos dá garantia. Há muitos empresários que aparentam ter boa imagem perante a sociedade. Têm bons carros, grandes casas, mas que começam a tentar não pagar aos bancos. Há empresários vigaristas. E nós na Banca temos de procurar apoiar os honestos. Aqueles que querem trabalhar*”. Semanário Expansão, 27 de Março de 2009, página 16.

último mês de 2008, de – 29,63%. A atenuação da actividade petrolífera foi mais suave: 1,65% em Julho e 0,6% em Dezembro.

As causas para estes acentuados declínios encontram-se, evidentemente, na retracção da procura internacional dos dois produtos. Mas, do mesmo modo, os preços foram amplamente tocados pela recessão económica mundial.

É interessante comparar o comportamento do preço do barril do petróleo entre 2006 e 2008 e verificar o contraste.

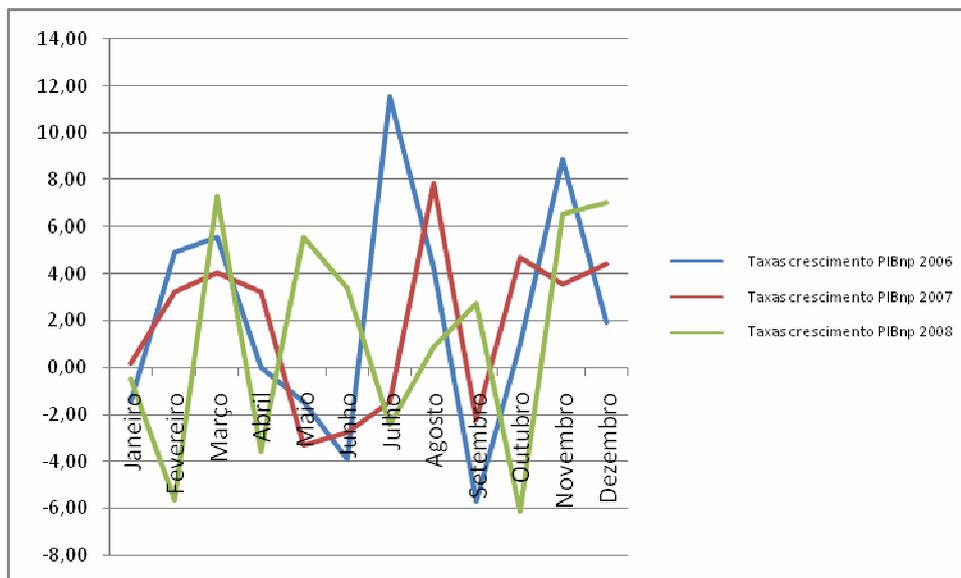
PREÇOS DO BARRIL DE PETRÓLEO, 2006, 2007 E 2008



FONTE: Ministério dos Petróleos.

Os sectores da agricultura e da manufactura – que, em condições de funcionamento normal das economias, apuram como contrapesos das contracções nos sectores de enclave – não funcionaram devidamente, tendo registado crescimentos muito baixos. A agricultura estagnou em 2008 – a taxa de variação do PIB foi de apenas 1,86% - e a transformadora não foi além dos 11%, bem abaixo dos registos verificados em anos anteriores.

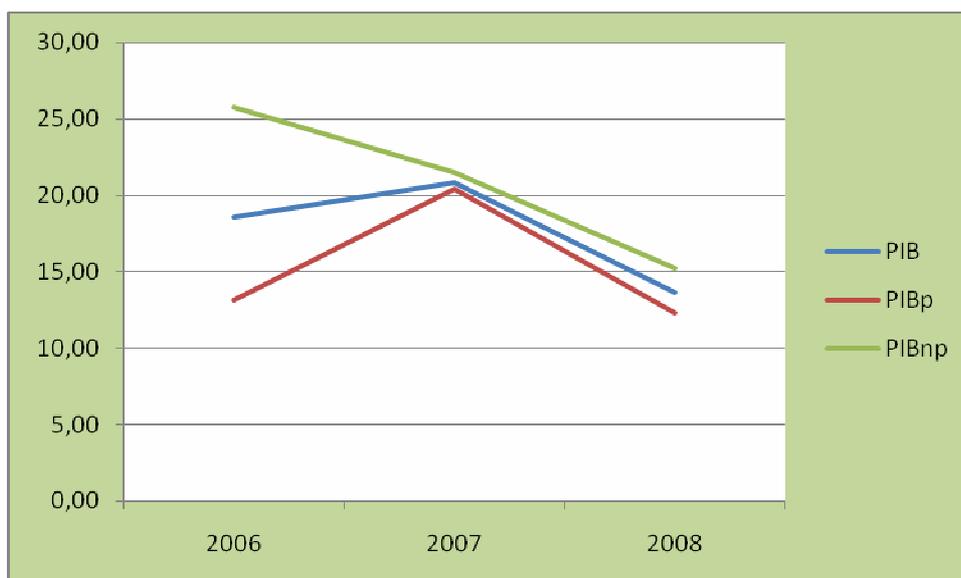
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB NÃO PETROLÍFERO, EM 2006, 2007 E 2008



FONTE: Ministério do Planejamento.

Quanto às tendências de diversificação da economia, verifica-se que o PIB não petrolífero apresenta uma taxa de crescimento anual em queda, entre 2006 e 2008.

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO



FONTE: Ministério do Planejamento.

NOTAS: PIBp – PIB petrolífero. PIBnp – PIB não petrolífero.

O principal foco de reflexão sobre o crescimento económico futuro de Angola está centrado na produtividade e no seu reflexo, a competitividade. O crescimento económico observado entre 2002 e 2008 – embora em 2007 e 2008 com uma menor intensidade – foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou duma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro directo, em particular nos sectores do petróleo, diamantes e construção civil.

Mas o sistemático recurso aos empréstimos externos – só nos primeiros meses de 2009 foram confirmados mil milhões de dólares da China, outro tanto da Alemanha e montante próximo proveniente de Portugal – vão, seguramente, agravar a dívida externa do país, face aos crónicos défices da poupança interna, embora o Estado tenha apresentado valores orçamentais excedentários entre 2005 e 2008¹⁷. Com a queda do valor das exportações de diamantes e de petróleo, que se estenderá para além de 2009, é provável que o saldo da Conta de Transacções Correntes passe a apresentar um défice, cuja contrapartida estará no agravamento da dívida externa do país.

A falta de produtividade e de competitividade da economia não petrolífera – que limita a sua capacidade de conquista de mercados de exportação –, aliada à insuficiência de poupança interna, podem potenciar uma situação económica pouco propícia ao crescimento do PIB, ainda por cima em clima de crise económica mundial. O aumento da competitividade da agricultura, da manufactura e das pescas – para se referir, tão-somente, os sectores transaccionáveis – depende, numa grande medida, de incrementos significativos na produtividade do trabalho.

Conhecem-se quais são as formas de se criar uma competitividade estrutural, que passam pela inovação de produtos e processos, pela qualificação dos empresários e da força de trabalho, pela qualidade das instituições públicas e privadas e pelas lideranças prescipientes. Mas os resultados só são visíveis a médio prazo. Uma das formas de melhorar a produtividade a curto prazo passa por reduzir o emprego, no que ninguém estará interessado.

Para que o emprego, pelo menos, se não reduza, as baterias terão de estar viradas, principalmente, para o sector da construção e, em especial, para as obras públicas de infraestruturas. As pequenas obras apresentam uma razão custo-benefício altamente positiva. Pelo contrário, as grandes obras são mais deficitárias na relação investimento-criação de emprego, pelo que deveriam ser objecto de estudos específicos e profundos sobre os benefícios esperados, do ponto de vista económico e social.

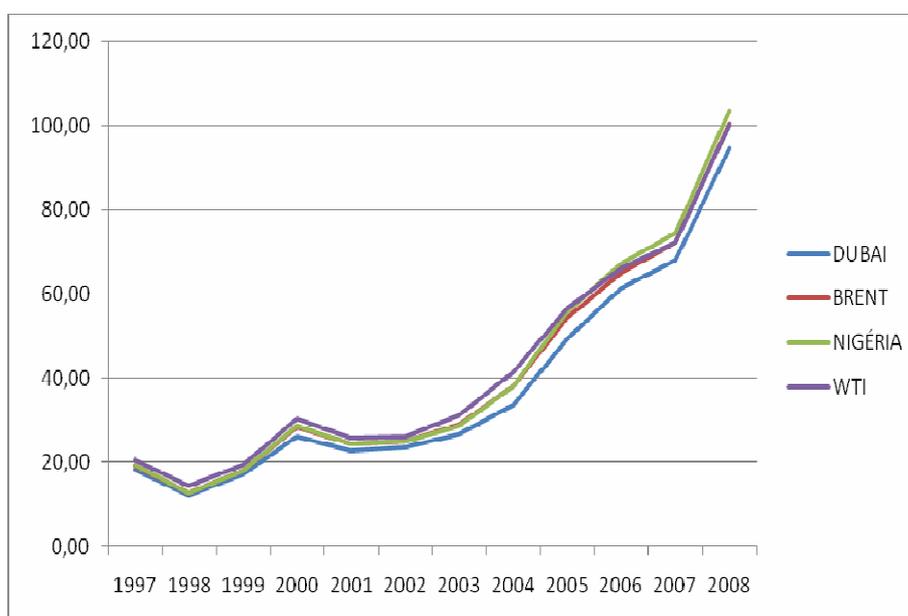
¹⁷ De acordo com o FMI, o saldo das Contas Públicas foi de (em percentagem do PIB): 7,3% em 2005, 14,8% em 2006, 11,5% em 2007 e 12,4% em 2008.

1.3.- O mapa do petróleo na África subsariana

Uma das consequências mais visíveis da crise económica é a espectacular queda da cotação do petróleo nos mercados internacionais. Depois de ter chegado aos 147,5 dólares por barril, em Abril de 2008, no final desse ano estabeleceu-se em redor dos 35 dólares o barril.

Para os países exportadores do ouro negro – que tiveram rápidos crescimentos e enorme acumulação de liquidez à custa da escalada nos preços desde 1999 – esta situação começa a fazer estragos. Não admira, portanto, o nervosismo da OPEP, cujos países estão absolutamente aflitos com a quebra das suas receitas, tão necessárias para manter determinados programas económicos e sociais. Daí as sucessivas decisões de cortes na produção.

COMPORTAMENTO DO PREÇO DO PETRÓELO DEPOIS DE 1997



FONTE: BP Statistical Review of World Energy, June 2008. Para 2008, adaptação do CEIC.

Na parte final de 2008, o preço do petróleo reduziu-se drasticamente, tendo o seu mínimo sido registado por volta do Natal (31,41 dólares o barril de Brent), depois do pico de quase 150 dólares o barril em Julho. O preço médio do Brent em 2008 foi de 100,53 dólares o barril, não se esperando, para 2009, um preço que poderá variar numa banda de 40-45 dólares o barril, de acordo com a Agência Internacional de Energia¹⁸, bem inferior a 50 dólares, valor mínimo para alguns dos países produtores levarem por diante projectos económicos e sociais.

¹⁸ International Energy Agency – World Energy Outlook, 2008.

As sucessivas quedas no preço do petróleo a partir do início do segundo semestre de 2008 deveram-se às expectativas sobre os efeitos da crise financeira sobre a economia real dos países mais desenvolvidos do mundo, o que veio a confirmar-se com a ocorrência de recessão económica nos Estados Unidos e nas principais locomotivas económicas da União Europeia no terceiro trimestre de 2008. Ou seja, a redução clara na procura de petróleo no mundo contribuiu, de modo dramático, para a quebra do preço do crude. Ainda segundo a Agência Internacional de Energia, a estimativa mais recente sobre a demanda internacional de petróleo coloca-a nos 84,7 milhões de barris diários. Portanto, parece evidente que as reduções na produção terão mais o efeito de adaptar a oferta à procura, do que estimular os preços para cima. A subida do preço do petróleo e de outras *commodities* só acontecerá quando os sinais de recuperação da economia mundial forem claros e merecerem a confiança dos agentes económicos e financeiros. A não ser que eventos de natureza política e de esgotamento de algumas reservas de óleo possam provocar uma escassez de oferta, mais ou menos permanente, no mercado.

Angola continuou a ser o segundo maior produtor de petróleo ao sul do Sara, depois da Nigéria e acabará por manter esta posição por algum tempo, atendendo ao facto de este país estar fortemente engajado na resolução do problema do delta do Níger – através da realização de consultas multilaterais com os protagonistas mais directos do conflito – e o presidente Umaru Musa Yar'Adua, eleito em Abril de 2007 para suceder a Olesgun Obasanjo, usar de uma política mais inclusiva quanto à repartição dos proventos e dos proveitos da exploração do petróleo.

Uma questão que continua a merecer reflexão é do domínio do *peack oil* no golfo da Guiné, região eleita como alternativa do Golfo Pérsico para aligeirar a dependência dos Estados Unidos e da Europa do petróleo dos países desta região. Segundo algumas opiniões (Banco Mundial¹⁹), Angola terá o seu ponto de inflexão em 2011-2012 e em 2025 as receitas fiscais provenientes do petróleo situar-se-ão no seu nível mais baixo de sempre.

Os países produtores de todo o mundo, mas com especial incidência nos africanos, acreditaram na história que vinha sendo contada por vários analistas e especialistas que determinava o fim da era do petróleo barato. Estas análises tiveram como base o crescimento da procura provocado, principalmente, pela evolução das grandes economias emergentes. Muitos países conceberam programas de reconstrução gigantescos, no pressuposto de que o petróleo seria eternamente caro. No entanto, fica a seguinte questão: como se comportarão os preços das *commodities*, incluindo o óleo, quando a economia mundial recuperar da actual crise?

¹⁹ Banco Mundial – Angola, Memorando Económico do País, Outubro de 2006, páginas 55 e 56.

RESERVAS DE PETRÓLEO COMPROVADAS EM ALGUNS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ

PAÍSES	RESERVAS COMPROVADAS EM 2007			PRODUÇÃO PETRÓLEO EM 2007			Nº de anos
	10 ^{^6} barris	Quota mund.	Quota africa.	10 ^{^6} barris	Quota mund.	Quota africa.	
ANGOLA	13500 ²⁰	1,1	20,2	628,9	2,1	29,2	21,5
NIGÉRIA	39100 ²¹	2,9	58,5	859,9	2,9	40,0	45,5
SUDÃO	6600	0,5	9,9	166,8	0,6	7,8	39,6
CHADE	900	0,1	1,3	52,6	0,2	2,4	17,1
CONGO	1900	0,2	2,8	81,0	0,3	3,8	23,4
GABÃO	2000	0,2	3,0	84,0	0,3	3,9	23,8
CAMARÕES	350	0,0	0,5	29,9	0,1	1,4	11,7
COSTA DO MARFIM	425	0,0	0,6	55,0	0,2	2,6	7,7
RDC	300	0,0	0,5	35,0	0,1	1,6	8,6
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	425	0,0	0,6	25,0	0,1	1,2	17,0
GUINÉ-EQUATORIAL	1800	0,1	2,7	132,5	0,4	6,2	13,6
ÁFRICA SUBSARIANA	66800	5,2	100,0	2150,6	7,2	100,0	31,1

FONTE: BP Statistical Review of World Energy, June 2008. Energy Watch Group, Crude Oil Outlook, Revised Edition, February 2008.

1.4.- A pobreza

A pobreza é um problema mundial. Amartya Sen²² – prémio Nobel da Economia em 1998, actualmente professor na Universidade de Harvard (Estados Unidos) –, tem sido um dos maiores estudiosos da pobreza no mundo, seguramente influenciado pela situação no seu país de nascimento, a Índia.

Não são apenas os países pobres e subdesenvolvidos a debaterem-se com o fenómeno da pobreza. Também as economias desenvolvidas o têm, em maior ou menor escala. Portugal é o país da União Monetária Europeia com a maior taxa de pobreza, estimada em redor de 20% da população, e com a mais desequilibrada distribuição do rendimento (informações respeitantes a 2004)²³. A França tem uma prevalência de pobreza de 12% da população total, a Itália em torno dos 15% e os Estados Unidos na

²⁰ Média entre as estimativas da BP e da EWG.

²¹ Média entre as estimativas da BP e da EWG

²² Sen, Amartya - Pobreza e Fomes, Terramar, 1999 e O Desenvolvimento Como Liberdade, Gradiva, 2003.

²³ Bruto da Costa, Alfredo (coordenador) – Um Olhar Sobre a Pobreza em Portugal, Gradiva 2008.

vizinhança dos 10%. Aqui, também, a pobreza é racista, porquanto afecta maioritariamente a população negra.

São, pelo menos, quatro os factores que podem concorrer para uma estruturalização da pobreza mundial e nacional.

O primeiro, é a globalização económica, desacompanhada da globalização da cidadania. Os efeitos positivos duma crescente integração económica mundial têm favorecido, numa proporção muito desigual, as economias mais desenvolvidas do planeta. O ultra-liberalismo e as restrições, tarifárias e não tarifárias, ao livre comércio internacional, levantadas pelas economias mais industrializadas, têm sido apontadas como algumas das mais importantes razões para esse desequilíbrio na distribuição do rendimento mundial. Joseph Stiglitz, no célebre pronunciamento sobre as consequências da globalização denunciava-a como um dos factores determinantes do atraso económico e das desigualdades de níveis de vida entre os países e dentro das sociedades humanas, desenvolvidas e não desenvolvidas²⁴. Mais recentemente, este Prémio Nobel da Economia de 2001, vem propor medidas e políticas que tornem a globalização – inevitável, porque corresponde, afinal, a um novo estágio de desenvolvimento da economia mundial – mais eficaz, no sentido duma melhor distribuição das suas inegáveis vantagens²⁵

O segundo, é o da pobreza entre os empregados, isto é, começa a descobrir-se que mesmo entre os trabalhadores que exercem uma actividade remunerada, por conta própria ou por conta de outrem, também prevalecem situações de pobreza. Esta constatação ameaça atirar por terra as teses que, exageradamente, sobrelevam a relação redução da pobreza-criação de emprego-crescimento económico. Já se sabia que nem sempre mais crescimento económico é, automaticamente, sinónimo de mais emprego. De momento, começa a perceber-se que a passagem da condição de desempregado para a de empregado não arrasta consigo a eliminação da pobreza. Ou seja, a obtenção dum emprego deixa de ser condição *sine qua non* para a redução da pobreza. Os factos aí estão: em França, o número de trabalhadores pobres aumentou, entre 2003 e 2005, em 21%²⁶. Nesse ano, os trabalhadores pobres representavam 6,4% do conjunto de trabalhadores franceses. Esta situação não é exclusiva de França. Portugal é o país da União Monetária Europeia com a maior taxa de empregados pobres. Situações semelhantes se passam em Itália, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América.

O terceiro factor é o da intensidade da pobreza. A avaliação das condições das pessoas e famílias pobres tem permitido concluir que a sua situação financeira se tem vindo a degradar – a diferença entre os seus rendimentos médios e o limiar da pobreza

²⁴ Stiglitz, Joseph - Globalization and its Discontents (Northon & Company, Inc., New York, 2002)

²⁵ Stiglitz, Joseph - Tornar Eficaz a Globalização, Edições ASA, 2007.

²⁶ Alternatives Économiques, Juin 2008.

tem-se tornado maior – ou seja, os pobres têm-se tornado cada vez mais pobres. Para os países da União Monetária Europeia, o limiar da pobreza é muito diferente do considerado pelas Nações Unidas, estando estabelecido em dez euros por dia, qualquer coisa como 300 euros por mês. Imagine-se este rendimento-limite aplicado a África e a nós próprios: provavelmente mais de 90% da população seria pobre.

O quarto e último factor relaciona-se com as condições gerais de vida da população. Mesmo nas famílias com um rendimento médio superior ao limiar monetário de pobreza, têm-se constatado dificuldades sérias na sua capacidade de pagamento da renda, dos estudos dos filhos, da electricidade e da água, e de aquisição de determinados bens, como carne, leite, vestuário, etc., afinal, bens básicos e essenciais (nada que nos seja estranho, infelizmente).

Os cenários mundiais sobre a pobreza são perturbadores²⁷: em 2005, 3935 milhões de seres humanos (mais de 42% da população total do planeta) viviam (?) com menos de dois dólares diários. Na África subsariana eram 945 milhões os pobres em 2005, uma percentagem de 77% da sua população total. Absolutamente confrangedor.

E o futuro não augura alterações a esta situação. Bem pelo contrário. O Banco Mundial projecta um quantitativo de 941 milhões de africanos subsarianos pobres em 2015 (com menos de dois dólares por dia), correspondente a uma taxa de pobreza de 78,5%. E estas previsões do Banco Mundial não levaram em atenção os efeitos dilacerantes da crise económica mundial, que vai afectar as populações mais vulneráveis e trazer mais gente para o universo dos pobres.

Afinal o que se passa no mundo e em África? Com excepção de 2007 e provavelmente de 2008, o crescimento económico mundial tem sido bastante aceitável, mas, aparentemente, não o suficiente para melhorar as condições de vida da população, arriscando-se, assim, a estruturalizar-se as situações de desemprego e pobreza. Na África subsariana, os registos estatísticos do crescimento do PIB têm, igualmente, sido positivos desde 2004, mas, uma vez mais, insuficientes para mitigar a pobreza, quanto mais para revertê-la.

São conhecidos estudos, baseados em análises temporais ou *cross-section*, que crescentemente reconhecem que a qualidade do crescimento económico conta muito para a redução das situações de pobreza. Com efeito, a igualdade de oportunidades e a melhoria na distribuição do rendimento são factores essenciais para o sucesso das estratégias de redução da pobreza. Assim, a estabilização macroeconómica – cujos sucessos relativos entre nós têm sido encomiados quase até à exaustão, esquecendo-nos de que em economia a preservação dos equilíbrios fundamentais é difícil, complexa e sujeita a influências que não controlamos – deve ter como focos o crescimento

²⁷ Banco Mundial, World Economic Prospects, 2009.

económico sustentável, a melhoria da distribuição de rendimentos e a promoção da igualdade de oportunidades.

Ravi Kambur, da Universidade de Cornell e um dos grandes especialistas mundiais sobre a pobreza, coloca, nas suas análises, o foco estratégico, para a sua redução, nos mecanismos e nas políticas de redistribuição da riqueza e distribuição do rendimento. Se os processos económicos e sociais de repartição do produto nacional se não reformarem, muito dificilmente o crescimento económico será fonte de melhoria das condições de vida da população. Este economista enfatiza, igualmente, os aspectos fiscais como importantes para uma abordagem consequente da eliminação da pobreza, sublinhando a necessidade duma fiscalidade protectora dos rendimentos da população mais pobre.

A taxa de pobreza em Angola – aquela que se encontra estatisticamente validada pelo inquérito às receitas e despesas familiares de 2002 – é de 68,2%, aguardando-se, com grande ansiedade, os resultados do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares lançado em 2008 e esperando-se que os mesmos sejam, de facto, partilhados com a sociedade civil angolana. Alguns indicadores gerais parecem indiciar algumas melhorias em determinados atributos das condições de vida da população, permanecendo, contudo, em limites inferiores aos de alguns dos nossos parceiros da SADC²⁸.

ALGUNS INDICADORES DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

INDICADORES	Angola	África do Sul	Botswana	SADC
ÍDH (2006)	0,484	0,670	0,664	0,541
Esperança de vida (2008)	43,1	49,5	51,0	49,5
Taxa mortalidade infantil (2008)	130,0	43,8	44,7	77,4
Taxa mortalidade materna (2005/07)	1400	110	380	619
Acesso água potável (2006/07)(%)	51	93	96	70
Acesso saneamento (2006/07)(%)	50	59	47	46
Taxa escolar primária femin (%)	201	103	113	119
Taxa escolar primária mascu.(%)	187	93	112	114
Taxa analfabetismo adultos(%)	31,0	12,0	17,1	22,8

FONTE: Banque Africaine de Développement, Rapport Annuel 2008.

Para o nosso país registaram-se as alterações seguintes: IDH de 0,446 em 2005, para 0,484; esperança de vida de 40,7 anos em 2004, para 43,1 anos; taxa de analfabetismo dos adultos de 32,6%, para 31%; acesso à água potável de 53% em 2004,

²⁸ Banque Africaine de Développement – Rapport Annuel 2008.

para 51%; acesso a saneamento de 31% em 2004, para 50%; taxa de escolarização primária de 61,5% em 2004, para 194%.

O valor de -33, na diferença entre as posições do IDH e do PIB por habitante (em paridade do poder de compra), traduz uma perda muito elevada das oportunidades de transformar o crescimento económico em progresso social, incapacidade que se vem repetindo ano após ano.

Assim, são contraditórias as consequências que o crescimento económico – em termos acumulados entre 2000 e 2008 as taxas foram de, respectivamente para o PIB global, o PIB petrolífero e o PIB não petrolífero, 184,6%, 155,5% e 208,9% – desencadeou sobre as condições gerais de vida da população, sendo prova disso a manutenção do valor do índice de pobreza (40,2% em 2006, 40,3% em 2005 e 40,9% em 2004).

As questões orçamentais podem, igualmente, ser alegadas como factores de abrandamento dum maior impacto das reformas, do crescimento e da estabilidade macroeconómica sobre a pobreza, as condições de vida e o emprego. Sabe-se que a fiscalidade e as despesas públicas são dois poderosos instrumentos do Governo para introduzir ajustes na alocação económica dos recursos, acomodamentos na distribuição da renda, rectificações nos equilíbrios macroeconómicos fundamentais e impulsos no crescimento económico. Obviamente que se utilizados de forma menos adequada os efeitos podem ser perversos.

Entre 2002 e 2008, a fiscalidade não petrolífera cresceu cerca de 6,2 vezes (cerca de 35,5% ao ano), o que pode significar que pela via directa (impostos sobre o rendimento) e pela via indirecta (impostos sobre as transacções de mercadorias) a população pobre foi penalizada.

Evidentemente que esta asserção é discutível em diferentes vertentes. A primeira reporta-se à circunstância dos rendimentos da população pobre não estarem sujeitos a qualquer imposição fiscal directa, o que é verdade. Portanto, por aqui pode não ter-se verificado nenhuma punção do rendimento dos pobres. Se assim for, então a progressividade ocorrida na fiscalidade não petrolífera, durante o período em referência, pode ter afectado, duma forma mais incidente, a relativamente pequena classe média angolana, cuja deterioração das respectivas condições de vida pode ter, também, sido ampliada pela excessiva valorização cambial do kwanza.

A segunda asserção relativiza-se no facto das transacções do mercado informal – aonde a população pobre se abastece – escaparem a todas as formas de tributação, exactamente devido à sua submersão. No entanto, analisadas as fontes de abastecimento desta sub-economia, constata-se que são as importações – sujeitas às tarifas da pauta aduaneira em vigor – e a produção interna – passível do imposto de consumo e de outras incidências tributárias indirectas – as duas origens exclusivas de abastecimento, podendo-se, por conseguinte, concluir, ter ocorrido uma penalização dos rendimentos da população pobre.

Como quer que seja, a estrutura fiscal devia ter acentuado mais a vertente da equidade, embora mantendo o princípio da neutralidade fiscal (o que não distorce a alocação racional dos recursos e factores na óptica do mercado). A cobrança de tributos directos e indirectos à população tem de ser adequada à sua capacidade de pagar impostos, de maneira a que o benefício retirado dos bens públicos e semi-públicos seja proporcional. Até que ponto este acentuado incremento da fiscalidade não petrolífera não explica, em parte, o facto da população não sentir, por completo, os benefícios do controlo da inflação?

As transferências do Estado para as famílias, na forma de reformas, pensões e abonos de família – que aumentam o rendimento disponível da população pobre – são ínfimas, uma vez que está, ainda, em fase embrionária de constituição um sistema geral de previdência social. Os valores inscritos anualmente no OGE dizem respeito aos servidores civis, militares e para-militares do Estado. A legislação vigente prevê a constituição de seguros de reforma para os particulares, relegando para o primado da livre escolha o esquema de descontos a vigorar. Para a população pobre é difícil subtrair qualquer valor que seja ao seu rendimento mensal, pois está-se a falar de valores de menos de dois dólares por dia.

Não retira substância às afirmações anteriores o facto de, em 2008, ter aumentado o número de contribuintes para a Segurança Social (30,6%) e o quantitativo de pensionistas (7,1%), uma vez que a cobertura do sistema é muito reduzida. Na verdade, em termos de população total, o número de contribuintes é de, apenas, 0,12%. Relativamente aos beneficiários de pensões, o seu quantitativo, em 2008, não representava mais de 2,6% da população idosa do país. O valor médio das reformas pagas a cada um dos 74160 pensionistas em 2008 foi de 290 dólares mensais (quase 10 dólares por dia)²⁹

APROXIMAÇÃO AO COMPORTAMENTO DA POBREZA EM ANGOLA NOS ÚLTIMOS ANOS

ANOS	Taxa de pobreza (%)	População pobre	População	Taxa real crescimento PIB por habitante (%)
2003	67,7	10503,7	15507,1	2,2
2004	66,0	10539,1	15956,8	8,2
2005	62,6	10275,6	16419,6	17,2
2006	59,7	10081,4	16895,7	15,3
2007	56,5	9820,1	17385,7	17,5

²⁹ Em 2007 este valor médio mensal foi de 245 dólares por cada pensionista e em 2006 de 214 dólares. Por força da desvalorização do dólar no mercado cambial angolano, o valor real destas pensões diminuiu no decurso deste período. A análise do comportamento das pensões em moeda nacional aponta para a ocorrência duma melhoria do respectivo poder de compra, de 2,6% em 2007 e 4,7% em 2008.

2008	54,7	9784,2	17889,9	10,4
------	------	--------	---------	------

FONTE: CEIC – Cenários de Redução da Pobreza em Angola, 2008, Núcleo de Macroeconomia.

Comparando com as estimativas apresentadas no Relatório Económico 2007 (página 27), constata-se que foram introduzidas algumas correcções derivadas da circunstância de o crescimento económico ter provocado um efeito de vazamento de uma parte dos rendimentos gerados nesse processo. Os mais oportunistas (habilitados) ou os mais talentosos, que gravitavam na fronteira entre as classes baixas e as classes pobres, conseguiram aproveitar esta janela de oportunidade e, dessa forma, deixar de pertencer às classes mais baixas de rendimento. Alguns sinais exteriores de melhoria das condições de vida – como, viaturas próprias, bens de consumo duradouro, *boom* no acesso ao ensino médio e superior privado, vestuário com alguma sofisticação, proliferação de telefones celulares, etc. – são suficientes para se presumir por este efeito de alargamento social dos efeitos do intenso crescimento económico.

Ou seja, devido ao *spillover effect* pode ter ocorrido alguma redução do número de pobres. Mas, seguramente, que aqueles que continuaram pobres, devem ter visto a sua condição a piorar consideravelmente.

Em termos de rendimentos médios diários, podem ter ocorrido, portanto, dois movimentos de sentido contrário. Um, ascendente, para níveis de rendimento superiores a dois dólares por dia. Outro, descendente, para patamares remuneratórios inferiores a 1,25 dólares por dia (o novo limite do Banco Mundial para a pobreza extrema), agravando o número de pessoas em situação de pobreza absoluta³⁰.

No entanto, em 2005, conforme se verá nas páginas seguintes, foi registado um índice de Gini de 0,62 – senão o mais elevado do mundo, seguramente dos mais elevados do planeta – indicativo da ocorrência duma assimetria muito grande na distribuição do rendimento nacional. Recorde-se que a partir deste ano é que ocorrem as mais elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, fazendo pressupor pela existência duma correlação entre aprofundamento da desigualdade social/aumento da riqueza nacional anual/incremento da pobreza. Esta probabilidade – ou mesmo hipótese de trabalho para as estimativas sobre a taxa de pobreza – determinou a construção de um outro cenário de possível comportamento deste fenómeno no nosso país³¹.

³⁰ O que acontecerá se o crescimento económico do país se processar a um ritmo de 7-8% ao ano? As taxas verificadas permitiram o tal efeito de contágio. Taxas inferiores a 10% não garantem um efeito vazamento significativo, se as condições de distribuição da renda e de participação no aproveitamento das oportunidades permanecerem as mesmas. A coesão social e a reconciliação nacional poderão ficar ameaçadas nestas circunstâncias.

³¹ A confirmar este receio dum agravamento das condições de pobreza para as classes mais pobres estão os dados divulgados no Balanço da Execução do Programa Geral do Governo para 2008 sobre o apoio em bens alimentares e não alimentares às populações vulneráveis: 7337000, 17811870, 23139430 toneladas

UM OUTRO CENÁRIO DE EVOLUÇÃO POSSÍVEL DA POBREZA EM ANGOLA

ANOS	Taxa de pobreza (%)	População pobre	População	Taxa real crescimento PIB por habitante (%)
2005	68,7	11280,8	16419,6	17,2
2006	69,0	11655,2	16895,7	15,3
2007	69,3	12049,2	17385,7	17,5
2008	69,5	12433,1	17889,9	10,4

FONTE: CEIC – Cenários de Redução da Pobreza em Angola, 2008, Núcleo de Macroeconomia.

A redução generalizada da produção agrícola (este sector de actividade cresceu, tão-somente, 1,86% em 2008), com destaque para a produção de raízes e tubérculos e das capturas de peixe (-2,4% em 2008), aumentou as dificuldades de sobrevivência da população rural, onde se admite uma maior incidência da situação de pobreza.

No entanto, alguns resultados obtidos pelo Governo afiguram-se, se consolidados no futuro, com potenciadores da redução da pobreza a longo prazo.

Esses resultados foram:

- incremento da produção de carne de todo o tipo, de leite e de ovos;
- aumento em 81,6% na capacidade de abastecimento de água, embora a população continue a apresentar queixas permanentes e sistemáticas de dificuldades de acesso;
- incremento de 66,5% na taxa de penetração dos usuários das redes fixas e móveis de telefones;
- o aumento generalizado dos transportes de passageiros e carga, donde uma maior circulação de pessoas e bens por todo o território nacional;
- construção e apetrechamento de escolas e salas de aula;
- aumento das taxas brutas de escolarização, que foram: 135,8% no primário (127,1% em 2007) e 22,5% no secundário (20,4% em 2007);
- aumento em 6,3% do número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino, com destaque para o ciclo secundário, onde o incremento foi de 17%;
- diminuição do número de crianças fora do sistema de ensino;
- formação de professores;

métricas, respectivamente, em 2006, 2007 e 2008. A população abrangida, nos mesmos anos, foi de 742929, 1412496 e 1560205 cidadãos.

- reabilitação e construção de inúmeras infra-estruturas da saúde em toda a extensão do território nacional;
- melhoria generalizada dos meios de diagnóstico da saúde dos cidadãos;
- aumento do número das acções de formação e reciclagem dos trabalhadores (16%).

A atenuação da pobreza passa, igualmente, pela subida do valor do salário médio nacional, que o intenso crescimento do PIB tem de permitir. Compete, também, aos empresários implementar estratégias práticas de incremento da produtividade bruta do trabalho, de modo a aumentar o coeficiente de partilha, entre trabalho e capital, dos ganhos de produtividade. Os empresários, mormente os estrangeiros, não podem limitar-se a ressarcir-se dos seus investimentos no mínimo tempo possível. Têm de levar a sério o pensamento actual que associa desenvolvimento empresarial com responsabilidade social. Os empresários estrangeiros, na sua maioria, considera a Angola do momento, como a nova árvore das patacas. Robert Bosh, (fundador do império empresarial Bosh, conhecido em todo o mundo), afirmou: *“não pago bons salários por ter muito dinheiro; tenho muito dinheiro porque pago bons salários”*³². Trata-se dum desafio à relação macroeconómica clássica que iguala o valor da produtividade marginal do trabalho ao salário. Para Bosh, os salários elevados são a fonte dos incrementos de produtividade. Classicamente, os aumentos salariais devem indexar-se à norma da produtividade.

Outra forma complementar de analisar o comprometimento político com a redução da pobreza no país é através das verbas orçamentais alocadas aos sectores mais directamente relacionados com este flagelo.

AFECTAÇÃO ORÇAMENTAL AOS SECTORES SOCIAIS

ANOS	EDUCAÇÃO		SAÚDE		SEGURA. SOCIAL		HABITA.COMUIDA		TOTAL	
	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total
2004	2,8	7,3	1,8	4,8	1,0	2,7	0,9	2,3	6,5	17,1
2005	2,2	6,3	1,5	4,3	5,2	14,8	1,0	2,9	9,9	28,3
2006	2,4	6,0	2,0	4,9	5,0	12,3	2,2	5,3	11,6	28,6
2007	2,9	8,4	1,8	5,3	5,5	15,9	1,8	5,3	12,3	35,6
2008	2,7	7,0	1,8	4,7	3,6	9,3	1,1	2,9	10,8	28,0

FONTE: Ministério das Finanças, Relatórios de Execução de 2006, 2007 e 2008.

³² Suplemento de Economia do Semanário Expresso, de 5 de Julho de 2008.

Em 2008, assistiu-se a uma redução geral das despesas de incidência social e que podem contribuir para a criação de um ambiente propício à redução sustentável da pobreza. Em termos gerais, os gastos públicos com a melhoria das condições de vida da população diminuíram o seu peso na PIB, tendo passado de 12,3% em 2007, para 10,8% em 2008. A despesa pública social média passou de 420 dólares por habitante em 2007, para 506 dólares por cada cidadão em 2008. Em qualquer circunstância, despesas sociais insuficientes face à imensa procura social por bens colectivos de primeira necessidade e às incidências da crise económica mundial³³. A variação nominal de 20,5% foi inferior ao aumento, a preços correntes de mercado, do PIB (cerca de 28,6%).

As acções de impacto mais imediato sobre o alívio de determinadas condições difíceis da população pobre estão relacionadas com a saúde e a segurança social, para onde o Governo afectou, em 2008, apenas 5,4% do PIB (correspondentes a 11,7% do total das despesas públicas).

As acções de efeitos mais dilatados no tempo – educação, habitação e serviços comunitários – mereceram apenas 7,4% do PIB em termos de alocação de verbas orçamentais.

O ambicioso programa habitacional de um milhão de casas até final de 2012 é, evidentemente, estrutural para a redução da pobreza, pela vertente da melhoria das condições de vida (o acesso a habitação condigna é um direito constitucional) e pelo viés da criação de emprego e geração de rendimento. Porém, tal como superiormente reconhecido, é um desafio complexo. Um milhão de habitações até Dezembro de 2004 traduz-se numa média diária de 745 casas, num contexto de falta, mais ou menos generalizada, dos principais materiais de construção. Outro problema adjacente relaciona-se com os critérios de acesso às chamadas habitações sociais³⁴, prevendo-se a ocorrência de uma série de entraves burocráticos só resolúveis pela via do aliciamento e da corrupção.

No Relatório Económico de 2007 foram sugeridas algumas acções através das quais se poderia promover a inclusão económica da população mais pobre e sentir-se

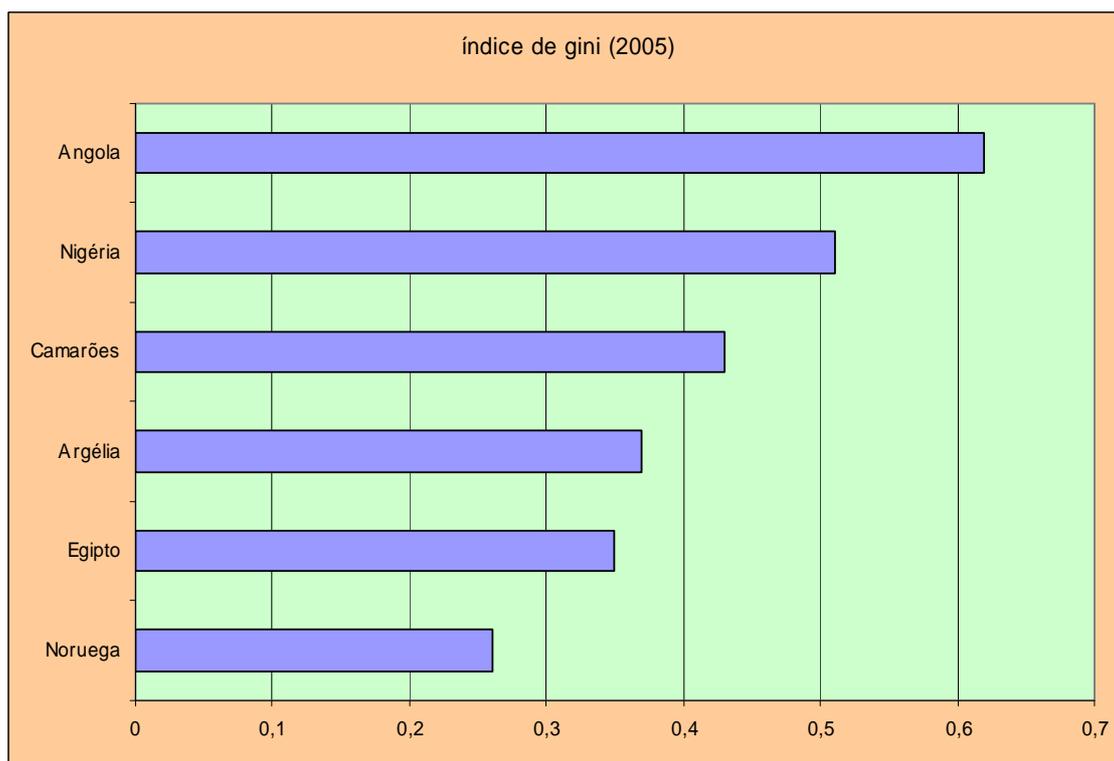
³³ As prestações sociais aumentaram, de acordo com o Relatório de Execução Orçamental de 2008, 50,5% em termos nominais. Porém, o seu peso no PIB manteve-se em 1,5%.

³⁴ Discorda-se da forma como os cidadãos são tratados quando se fala no direito de acesso à habitação. Têm sido feitas referências às características das habitações sociais destinadas aos cidadãos de renda baixa, no sentido de que as mesmas devem ter **condições mínimas de habitabilidade**. O que estas habitações devem garantir são **condições normais de habitabilidade**, senão, implicitamente, há cidadãos de terceira, cidadãos de segunda e cidadãos de primeira classe. A exploração reflexiva desta problemática levaria a questionar sobre as razões de existir uma classe de cidadãos cujas condições de habitabilidade normais incluem piscinas privadas, jardins interiores, jacusis, casas de banho revestidas a ouro, etc., luxos avaliados, no mínimo, em três milhões de dólares por residência.

cidadão a tempo inteiro dum país produtor de petróleo e que numa situação de crise económica se traduzem num importante amortecedor do incremento do desemprego da pobreza:

- atribuição generalizada de bolsas de estudo aos estudantes do ensino primário, para que o quantitativo de crianças fora do sistema escolar diminua e se consiga, no futuro, gerações de força de trabalho competentes³⁵;
- generalização da merenda escolar, melhorando, qualitativamente, o seu conteúdo proteico e energético; esta é uma forma indirecta de aumentar o rendimento disponível das famílias mais pobres;
- aumento do valor unitário das reformas e pensões, cuja média, em 2008, rondou os 450 dólares mensais;
- distribuição duma cesta básica de alimentos às famílias mais pobres, o que aumentará o seu rendimento disponível para aplicá-lo noutras áreas valorizadoras do seu trabalho na sociedade.

O Índice de Gini calculado para o nosso país em 2005 foi de 0,62, conforme se tem vindo a referir em páginas anteriores³⁶.



FONTE: Banco Mundial, Memorando Económico do país, Outubro de 2006.

³⁵ Esta medida costuma ser designada de bolsa-família.

³⁶ Banco Mundial – Angola, Memorando Económico do País, página 8, Outubro de 2006.

A desigualdade que se regista em Angola é 2,5 vezes superior à da Noruega³⁷. Os reflexos sociais são imediatos. Na Noruega há mais cidadania, as pessoas respeitam-se e respeitam os códigos de conduta social, havendo, por conseguinte, mais espaço à afirmação do mérito e a reprobção moral dos actos desonestos e dos desvios de conduta funciona e, por vezes, com efeitos mais profundos do que a condenação judicial. A Noruega é o país mais rico do mundo e só se tornou independente da Suécia há pouco mais de 100 anos.

Os cenários conhecidos de redução da pobreza no mundo apresentam resultados muito assimétricos entre as várias regiões do globo. Para umas, a redução da pobreza será uma realidade concreta a longo prazo (até 2015), ainda que com dinâmicas de reversão diferentes. Para outras, o fenómeno da pobreza perdurará a longo prazo. São estas informações que se encontram no quadro seguinte.

CENÁRIOS DE REDUÇÃO DA POBREZA NO MUNDO

(milhões de pessoas)

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS	Pessoas com menos de \$1,25 por dia			Pessoas com menos de \$2 por dia		
	2003	2005	2015	2003	2005	2015
Leste asiático e Pacífico	213	316,2	137,6	745	728,7	438
República Popular China	179	207,7	84,3	531	473,7	260,9
Europa e Ásia Central	9	17,3	14,3	71	41,9	26,7
América Latina e Caraíbas	49	45,1	30,6	134	91,3	72,4
Oriente Médio e Norte de África	5	11,0	8,8	62	51,5	33,3

³⁷ Não vale a pena compará-la com as das Nigéria, Argélia e Camarões. Os *benchmark* têm de ser os dos países desenvolvidos.

Ásia do Sul	472	595,6	403,9	1131	1091,5	959,5
África sub-Sariana	320	388,4	356,4	530	556,7	585,0
MUNDO	1065	1373,5	947,2	2673	2561,5	2115,0

FONTE: Global Economic Prospects, The World Bank, 2009.

O facto de a África sub-sariana não conseguir diminuir a sua pobreza – é a única região do globo cujo quantitativo de população pobre aumentará até 2030 em termos de população vivendo abaixo de dois dólares por dia – deve ser tomado como um aviso e um alerta ao Governo angolano e a toda a sociedade, uma vez que a reversão deste flagelo social e económico é uma responsabilidade e uma obrigação de todos os cidadãos.

2.- OS CONTEXTOS ENVOLVENTES DA ECONOMIA NACIONAL

2.1.- O contexto internacional

O mundo tem estado sujeito a influências contraditórias que determinaram que a economia internacional tivesse dramaticamente mudado em 2008. Conforme se sublinhou na Introdução, vários avisos foram feitos da parte de renomadas figuras de prestígio internacional, desde Nouriel Roubini (da Universidade de Nova Iorque), passando por George Soros e finalizando em Robert Shiller, da Universidade de Yale e um dos mais prescientes analistas da crise financeira internacional.

Uma avaliação da profundidade do impacto da crise de crédito só em meados de 2009 será possível. Os mais proeminentes especialistas afirmam que só nesta altura teremos consciência se estamos a lidar com uma recessão cíclica ou com algo mais sério, em que o desemprego nos Estados Unidos pode chegar aos dois dígitos. A questão da confiança e das expectativas vai ser crucial para se tratar com a crise: se as pessoas se convencerem de que o pior ainda está para acontecer, então a probabilidade de a situação ser ainda mais dramática será muito alta.

Entre 2002 e 2007 a economia mundial cresceu a uma taxa média anual em redor dos 4,5%, *score* extraordinário que permitiu que muitos países pudessem reduzir, duma forma sensível, alguns dos piores índices de desenvolvimento social. O valor anterior teve uma contribuição importante dos países emergentes, de onde se destacam a China, a Rússia, a Índia e o Brasil. Foi este extraordinário crescimento que acabou por permitir os excessos financeiros dos quais resultou a profunda crise financeira que se revelou em Setembro de 2008.

Os modelos de crescimento utilizados durante aquele período foram muito diferentes entre os países. As economias desenvolvidas – Estados Unidos, Japão e União

Europeia, principalmente – centraram as suas estratégias no aumento da eficiência do crescimento, pela via da inovação (financeira, produção, produto), pela competitividade, pela tecnologia e pelo risco (ele próprio propiciador de competição e de busca de soluções mais baratas e rentáveis). O recurso ao investimento não foi suficiente para que se imprimissem ritmos elevados de crescimento económico, não só porque as bases de partida são muito elevadas, mas, igualmente, porque as taxas de poupança eram muito baixas. Portanto, os factores de crescimento nestas economias foram do domínio qualitativo, até para se fazer face à crescente concorrência dos países emergentes, com destaque para a China e a Índia.

Contrariamente, os modelos de crescimento aplicados nas economias emergentes foram de natureza quantitativa – aumentar as quantidades produzidas de alimentos e bens de consumo geral, sem excessiva preocupação pela qualidade, para reduzir o *gap* da fome e das condições gerais de vida das populações – utilizando as elevadas taxas de poupança disponíveis (a China é o país que apresenta a mais elevada taxa de poupança do mundo, em redor dos 40% do Produto Interno Bruto), os tremendos fluxos de capitais que demandaram essas economias, com ritmos elevados e inusitados de crescimento económico, e a abundante disponibilidade de recursos naturais. O crescimento foi bem mais fácil de conseguir do que nas economias desenvolvidas.

Como consequência de os americanos terem levado longe demais a sua política monetária – laxista, pouco prudencial e, nos domínios do *private equity* e *hedge funds*, monopolizada pela ânsia de enriquecimento rápido – surge a crise financeira, cujo resultado mais imediato foi sobre o crescimento económico das economias desenvolvidas, que, numa estagnação, entraram, acto contínuo, numa recessão económica. Rapidamente, as restantes economias do mundo foram contaminadas pela retracção económica das economias desenvolvidas do planeta, passando os preços das matérias-primas e outras *commodities* de níveis elevados registados até meados de 2008, para uma situação de deflação. O caso do petróleo, dos diamantes e dos bens alimentares são os mais exemplares desta elevada volatilidade.

Em 2006 e 2007, as performances mundiais, conforme se pontualizou anteriormente, foram fantásticas, comprovando o bom ciclo económico que se iniciou em 2002.

A economia mundial cresceu praticamente 10,4%, em valor acumulado nos dois anos, enquanto as economias emergentes o fizeram a 16,5%.

A economia africana apresentou os comportamentos seguintes: 14,7% para o conjunto do continente e 13,7% para o subconjunto ao sul do Sara.

O Relatório Completo pode ser adquirido no escritório do CEIC:

Rua Pedro de Castro Van-Dúnem 24, Bairro Palanca. C.P. 2064 Luanda.

Telefone 914 608 189, 922 280 541. E-mail: ceic.ucan@gmail.com. Website: <http://ceic.cmi.no/>